



PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO D E 2022.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - Ro.

Período: Janeiro a Dezembro de 2022.

RELATÓRIO

Trata o presente Relatório da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - Ro, referente ao exercício de 2022, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Prefeito – Jose Ribamar de Oliveira, é submetida ao exame deste Controlador Interno, por força da competência estabelecida no inciso III do art. 9º da Lei Complementar Estadual n.º154/96, c/c art. 6º da Instrução Normativa Nº. 65/2019-TCER.

Com base na análise efetuada nos presentes autos, exponho os seguintes comentários sobre as Contas da Administração Orçamentária e Financeira do Município de Colorado do Oeste, relativo ao exercício de 2022.

01- ORÇAMENTO

O Orçamento foi aprovado pela Lei **nº 2.346 de 30/12/2021** estimando a Receita e fixando a Despesa no montante de **R\$ 55.000.000,00** (Cinquenta Cinco Milhões de Reais), **em concordância** com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.329 de 13.12.2021 e a **Lei nº 2.322 de 25.11.2021** – que dispõe do Plano Plurianual.

1.1 Alterações do Orçamento

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado no Quadro Demonstrativos das Alterações Orçamentárias de acordo com o item 1.3 do Relatorio de Gestão dos autos, decorrentes de remanejamento de dotações e abertura de novos projetos modificando o valor total do orçamento inicial, conforme exposto no quadro a seguir:

QUADO I – DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

TITULO	R\$
Orçamento Inicial	55.000.000,00
(+) Créditos Suplementares	19.551.392,58
(+) Créditos Especiais	33.363.407,35
(+) Crédito Extra Ordinários	0,0
(-) Anulações de Dotações	-7.126.057,28
Total Orçamento Atualizado	100.788.742,65

QUADRO II – COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO.

Receita Atualizada	55.000.000,00	Despesa Autorizada	100.788.742,65





Receita Arrecadada	95.045.082,33	Despesa Realizada	93.326.411,99
Superávit de Arrecadação	40.045.082,33	Economia Orçamentária	7.462.330,66

A economia orçamentária de R\$ 7.462.330,66 - (Sete Milhões, Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil, Trezentos e Trinta Reais e Sessenta e Seis centavos), atingiu 7,40% do total da Despesa autorizada de R\$ 100.788.742,65 (Cem Milhões, Setecentos e Oitenta e Oito Mil, Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos), verificamos que da economia ocorrida R\$ 2.484.556,10 - (Dois Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Mil, Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Dez Centavos), que representa 2,47% (da despesa atualizada) são valores de fonte de Recursos Próprios que não foram empenhados no exercício ou ainda não licitados; outra fonte relevante que representa 2,18% (R\$ 2.199.062,27), são recursos de Convênios não licitados.

As demais fontes de Recursos representa o percentual de 2,76% **R\$ 2.778.712,29**- (Dois milhões, Setecentos e Setenta e Oito Mil, Setecentos e Doze Reais e Vinte e Nove Centavos), que estão assim distribuídos: 108- FNDE **R\$ 290.463,34**; 111- Fundeb **R\$ 707.752,40**; 127-128- SUS **R\$ 1.567.351,98**; e **R\$ 213.144,57** demais fontes de recursos 115 FNAS -117 - Fundo a Fundo - ,144- Ações Especiais e 122-COVID-19 serão aplicados no exercício de 2023.

A Receita Arrecadada teve Superávit de R\$ 40.045.082,33 (Quarenta Milhões, quarenta e Cinco Mil Oitenta e Dois Reais e Trinta e Três Centavos) que atingiu 73,20% do total da Receita Autorizada R\$ 55.000.000,00 (Cinquenta Cinco Milhões de Reais), pelo que notamos que não houve atualização da Previsão da Receita.

Verificamos com o demonstrado acima de que o gestor Municipal, mesmo tendo desviado o seu planejamento em contenção de despesas conseguiu manter o equilíbrio das contas previsto no artigo 1º da Lei complementar 101/2000.

Ao Estimar as Receitas prováveis de cada fonte, a administração cumpre o disposto na Instrução Normativa 01/99-TCER e art. 12 da LC 101/2000, utilizando como critério para a previsão o comportamento histórico das mesmas, estará então à administração fundada em bases próximas à realidade para avaliação dos meios de que disporá não se desprendendo, porém, de expectativas sócio-econômicas e conjunturais de caráter regional e nacional, porém não deve ficar na inercia aguardando que as coisa venham de bandeja, investir na arrecadação própria que poderia ser uma fonte de arrecadação importante num momento em que as receitas do município sofre com a redução de repasses da União e dos Estados ao mesmo tempo em que a demanda por serviços públicos aumenta.

Por outro lado, a técnica orçamentária requer obediência a certos princípios que, quando respeitados, tornam o orçamento um instrumento valioso e dinâmico do governo, servindo-lhe, fundamentalmente, a orientar sua atuação na economia. Nele consolidam-se programas de governos, definindo os seus objetivos e determinando, ainda, os meios para alcançálos, dentro de um planejamento que possibilite aferi-los de acordo com a realidade socioeconômica.

No quadro abaixo, observa-se a Execução do Orçamento pelos órgãos que integram a Estrutura da Administração Municipal, verifica-se que nenhum órgão ou secretaria, na execução das ações de governo, utilizou a totalidade dos créditos orçamentários autorizados. A despesa total realizada correspondeu a **92,60%** da despesa autorizada na avaliação vertical.





QUADRO III - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA.

Titulo	Orçamento	Orçamento		%
	Atualizado	Realizado		Aplicado
				B/A=AH
	A	В	Economia	B/A
Câmara Municipal	2.937.000,00	2.583.857,53	353.142,47	87,98
Gabinete do Prefeito	2.802.868,46	2.648.945,79	153.922,67	94,51
Séc. M. Adm. Plan. E Finanças	5.993.114,20	5.757.809,88	235.304,32	96,07
Fundo Mun. Assist. Social	5.262.312,52	4.534.587,54	727.724,98	86,17
Séc. M. Des. Rural, M. Amb. E	2.380.567,42	2.164.930,41	215.637,01	90,94
Turismo.				
Séc. M. Esp. Lazer e Juventude.	1.347.344,61	1.169.661,06	177.683,55	86,81
Séc. M. Infraestrutura.	27.299.669,46	26.523.003,61	776.665,85	97,15
Séc. M. Educ. E Cultura	27.282.896,90	24.594.253,74	2.688.643,16	90,14
Séc. M. De Saúde	25.482.969,08	23.349.362,43	2.133.606,65	91,63
Reserva De Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100.788.742,65	93.326.411,99	7.462.330,66	92,60

A análise do comportamento dos números permite observar que, as funções de governo de grande relevância públicas, como Agricultura, Educação e Cultura, Saúde, Administração e Finanças e no Trabalho e Assistência Social, não foram afetadas dentro do orçamento, em virtude que estas atividades refletem diretamente na qualidade de vida da população local. Os programas e projetos desenvolvidos pelas Secretarias responsáveis pela condução dessas atividades consumiram, na Secretaria de Educação e Cultura 90,14% na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças 96,07%, na Secretaria de Saúde 91,63%, no Gabinete do Prefeito 94,51%, na Secretaria de Assistência Social 86,17%, na Secretaria Mun. Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Turismo 90,94%, Secretária de Infraestrutura 97,15%, dos recursos autorizados que caberia a cada uma dela utilizar.

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

OUADRO IV

DISPONIBILIDADE	2021	2022	Acrescimo.
Banco	15.299.563,80	29.573.879,03	14.274.315,23

As disponibilidade liquidas de bancos, que no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 montavam a R\$ 15.299.563,80 - (Quinze Milhões, Duzentos e Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta Centavos) somam no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 (fls ??? A ???) R\$ 29.573.879,03 - (Vinte e Nove Milhões, Quinhentos e Setenta e Três Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Três Centavos), representam um acrescimo na ordem de R\$ 14.274.315,23 - (Quatorze Milhões, Duzentos e Setenta e Quatro Mil, Trezentos e Quinze Reais e Vinte e Três Centavos), o que corresponde a 48,27% no saldo caixa das disponibilidade financeiras imediatas, em relação ao exercicio anterior.





O saldo anterior e o atual de caixa e bancos conferem com os saldos demonstrados no Balanço Financeiro Anexo 13 dos autos, porem na adequação dos saldos que compõem a conta Banco C/Movimento, foram observados os extratos e respectivas conciliações bancárias do Balancete do Mês de Dezembro 2022 que segue anexo na Prestação de Contas.

3 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL.

O Saldo Patrimonial do Município no exercício anterior Ativo Real Liquida somou R\$ 89.411.807,04 (Oitenta e Nove Milhões, Quatrocentos e Onze Mil Oitocentos e Sete Reais e Quatro Centavos), conjugado com o Resultado Patrimonial do exercício 2022, Superavit, no montante de R\$ 23.535.223,85 - (Vinte e Três Milhões, Quinhentos e Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos), houve ajuste de Exercícios anteriores no valor de R\$ -37.494,36 (Trinta e Sete Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos), evidencia o novo Saldo Patrimonial - de R\$ 112.909.536,53 (Cento e Doze Milhões, Novecentos e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos), corretamente demonstrado no Balanço Patrimonial do exercício.

O quadro a seguir permite observar a composição desse valor:

QUADRO V

SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO	R\$	R\$
MUNICIPIO		
Saldo Patrimonial do Exercício Anterior		89.411.807,04
Total		89.411.807,04
Resultado Patrimonial		23.535.223,85
Variações Aumentativas	138.815.439,35	
(-) Variações Diminutivas	115.280.215,50	
(+) Ajustes de Exercicio anteriores		-37.494,36
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		112.909.536,53

^{*}Fonte Anexo 15 dos Autos.

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 138.815.439,35 (Cento e Trinta e Oito Milhões, Oitocentos e Quinze Mil, Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos) – em contra partida as Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 115.280.215,50 – (Cento e Quinze Milhões, Duzentos e Oitenta Mil, Duzentos e Quinze Reais e Cinquenta Centavos) resultando um saldo pósitivo do exercício R\$ 23.535.223,85 - (Vinte e Três Milhões, Quinhentos e Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Vinte eTrês Reais e Oitenta e Cinco Centavos), houve ajuste de Exercícios anteriores negativo no valor de R\$ -36.494,36 (Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos), acrescido do Resultado Patrimonial do Exercício anterior Superávit, no montante de R\$ 89.411.807,04 (Oitenta e Nove Milhões, Quatrocentos e Onze Mil, Oitocentos e Sete Reais e Quatro Centavos), evidencia o novo Saldo Patrimonial Liquido de R\$ 112.909.536,53 (Cento e Doze Milhões, Novecentos e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos).





QUADRO VI

Ativo Circulante	36.038.826,24	Passivo Circulante	1.595.345,63
Disponível Banco	29.573.879,03	Pessoal e Encargos Social a	899.886,14
		Pagar	
Creditos a Curto Prazo	1.276.000,00	Fornecedores e Contas a Pagar	467.487,79
		a Curto Prazo.	
Demais Creditos e Valores	5.103.988,02	Demais Obrigações a Curto	227.971,70
a Curto Prazo		Prazo.	
Almoxarifado	84.959,19		0,0
Ativo Não Circulante	78.612.979,01	Passivo Não Circulante	146.923,09
Creditos a Longo Prazo	827.375,68	Encargos Sociais a Pagar	146.923,09
Imobilizado	77.550.533,75	Fornecedores a Longo Prazo	0,0
		Demais Obrigação a Longo	0,0
		prazo	
		Soma do Passivo	1.742.268,72
		Patrimonio Liquido	112.909.536,53
Total do Ativo	114.651.805,25	Total do Passivo	114.651.805,25

De imediato, sem considerarmos as ações governamentais, a análise dos números que retratam a Situação Financeira da Prefeitura de Colorado do Oeste, conforme demonstrativo acima, permite projetar um quadro favorável com relação à solvência dos compromissos assumidos.

As disponibilidades imediatas correspondem a 18.54% do montante representativo das dívidas de curto prazo da Prefeitura fato este **que de modo geral não há** comprometimento do orçamento do exercício seguinte, como forma de manter a sua solvência e a credibilidade junto aos seus contratados, porem se for analisar por fonte de recurso temos disponibilidades financeiras suficientes para salda-los.

4 – SUPERÁVIT FINANCEIRO

Ao final do exercício de 2022 a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, apresentou Superávit Financeiro de R\$ 8.505.101,61 - (Oito Milhões, Quinhentos e Cinco Mil, Cento e Um Reais e Sessenta e Um Centavos), de acordo com o Balanço Patrimonial, acostado nos autos abaixo demonstrado.

OUADRO VII-A

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	R\$
Ativo Financeiro = Balanço Patrimonial de 2022 Caixa 1-	29.640.791,64
Passivo Circulante = Balanço Patrimonial de 2022 14- A	175.158,50
Restos a Pagar Não Processados Col. "f" Anexo I bal. Orç. B	2.584.129,19
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercicio (Bal. Financeiro C	18.376.402,34
Passivo Financeiro Apurado 2 - (A+B+C)	21.135.690,034
Resultado Financeiro Superávit/Deficit apurado 3- (1-2)	8.505.101,61





O fator decisivo para o Superávit registrado no exercício é decorrente de adoção das novas praticas contábeis aplicadas ao setor publico, em cumprimento aos Principios de Contabilidade sob a perspectiva do setor Publico nos termos da Resolução CFC nº 1.111/2007 e foi considerado caixa equivalencia de caixa, bem como deve ser observado o superavit por fonte de recursos, em que é deduzido os Restos a Pagar não Processados e considerados os creditos a receber teremos um superavit de **R\$ 8.505.101,61** – (Oito Milhões, Quinhentos e Cinco Mil, Cento e Um Reais e Sessenta e Um Centavos), conforme demonstrado no Quadro VIII, e no Balanço Patrimonial Quadro D.

5 – DÍVIDA ATIVA.

QUADRO VIII Em R\$

Saldos (A + B)	Anterior	Atual
Divida Ativa Tributária (A)	19.430.297,26	2.103.375,68
(+) Inscrição Divida Ativa do Exercício 2022		1.770.376,54
(+) Atualização de anos anteriores Juros, Multas e Correções.		2.509.862,07
(-) Baixa de por ajuste e cancelamentos Juros, Multas e		537.411,93
Correções.		
(-) Recebimento no exercício		1.150.272,74
(-) Provisão para perdas		19.919.475,52
Divida Ativa Não Tributária (B)	1.942.421,03	0,0
(+) Inscrições Atualizações		78.430,95
(-) Movimentação das correções, cancelamentos e		1.721.299,97
regularização.		
(-) Provisões de Perdas	1.942.421,03	299.552,01
Total	2.534.352,93	2.103.375,68
Curto Prazo	1.080.276,44	1.276.000,00
Longo Prazo	1.454.076,49	827.375,68

A Divida Ativa Tributaria consignada no Balanço Patrimonial, relativa ao exercício de 2021, correspondia a R\$ 19.430.297,26 (Dezenove Milhões, Quatrocentos e Trinta Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos), computando-se as inscrições, atualizações com juros, multas e correções na ordem de R\$ 4.280.238,61 - (Quatro Milhões, Duzentos e Oitenta Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Um) e o cancelamento mais a cobrança de divida ativa, e as provisões para perdas R\$ 21.607.160,19 - (Vinte e Um Milhões, Seiscentos e Sete Mil, Cento e Sessenta Reais e Dezenove Centavos) permanecendo para o exercicio seguinte Divida Tributária Liquida R\$ 2.103.375,68 - (Dois Milhões, Cento e Três Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos).

Tambem foi efetuado movimentação da Divita Ativa Não Tributaria referente ao Titulos Executórios emitidos pelo Tribunal de Contas, para correções, onde houve inscrições no alor de **R\$ 78.430,95** (Setenta e Oito Mil, quatrocentos e Trinta Reais e Noventa e Cinco Centavos) e cancelamento no valor de **R\$ 1.721.299,97** (Um Milhão setecentos e Vinte e Um Mil duzentos e Noventa e Noventa e Sete Centavos) - deduzindo as provisões para perdas





provavel o valor de R\$ 299.552,01 (Duzentos e Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Dois Reais e Um Centavos).

As atualizações e ajuste ocorridos no exercicio e provisões para perdas, regularizações de contabilização classificando a Divida em Curto Prazo e Longo Prazo atendendo a nova legislação, passando para o exercicio seguinte o montante de **R\$ 2.103.375,68** – (Dois Milhões Cento e Três Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos) e confere com o registro do Balanço Patrimonial.

6 - RESTOS A PAGAR.

O valor inscrito em Restos a Pagar não Processado e Processados no exercício é de R\$ 18.411.584,47 - (Dezoito Milhões, Quatrocentos e Onze Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Quarenta e Sete Centavos) — O citado saldo esta em consonância com os valores contábeis do Balanço Financeiro. O saldo anterior, lançado no Balanço Orçamentario de 2021 montava em R\$ 8.616.765,87 (Oito Milhões, Seiscentos e Dezesseis Mil, Setecentos e Sessenta e Cincon Reais e Oitenta e Sete Centavos) — as baixas por pagamentos ocorridas no exercício é de R\$ 5.855.657,23 (Cinco Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte e Três Centavos) demonstrado no Balanço Financeiro e no anexo I e II do Balanço Orçamentario, devido as novas praticas contabeis, os cancelamentos totalizaram R\$ 103.633,34 (Cento e Três Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos), permanecendo um novo saldo para o exercício seguinte de R\$ 21.069.059,77 (Cinco Um milhões, Sessenta e Nove Mil, Cinquenta e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos) que esta assim identificado, saldo do Anexo I e II do Balanço Orçamentario na ordem de R\$ 2.657.475,30 adicionado com as inscrições do Balanço financeiro no montante de R\$ 18.411.584,47 — confere com os valores dos Anexos TC-10-A e TC-10-B.

7- DA APLICAÇÃO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO FUNDEB.

Base de cálculo para percentual dos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do Fundeb.

OUADRO IX

VALOR R\$
7.417.416,17
1.824.313,15
1.960.397,34
772.368,19
2.860.337,49
22.129.012,86
2.547.049,95
19.581.962,91
22.054.136,86
21.762.294,99
0,0
206.297,59
0,0





IPI	85.544,28
4- Total Geral de Impostos (item 1+2+3)	51.600.565,89
5- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal	12.900.141,47
(25%) (item 4x25%)	
6- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 60 dos ADCT da Constituição	7.740.084,88
Federal. (item 5x 60%)	

A aplicação efetiva dos recursos e o cumprimento dos dispositivos constitucionais está demonstrada pelo seguinte quadro:

QUADRO X

QUADRO X	
DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR R\$
1- Despesas Pagas no Exercício com Ações Tipicas de Manutenção e	4.239.432,31
Desenvolvimento de Ensino Educação Infantil Lei Federal 14.113/2020.	ŕ
2- Despesas Pagas no Exercício com Ações Tipicas de Manutenção e	
Desenvolvimento de Ensino Fundamental Lei Federal 14.113/2020.	15.452.343,15
3- Despesas inscritas em restos a pagar de 2021 sem que houvesse	
disponibilidade financeira vinculada para suporta-las, que foram computadas	
para o o exercicio de 2022. (As despesas inscritas em restos a pagar sem que haja	280.200,00
disponibilidade financeira vinculada para suportá-las, serão computadas como	
gastos do exercício em que forem pagas.	
3.1- Dedução Ganho com a Contribuição do FUNDEB (12.418.993,81–	-3.919.734,97
8.499.258,84 = 3.919.734,97	
4- Total das despesas efetuada no exercício, de acordo com a Art. 70 da Lei Federal	
9.394/1996 (item 1+2+3-3.1)	
5- Valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento no Ensino -	16.052.240,49
25% - (item 5 do quadro anterior)	
6- Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e transferências	
constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal (item 04 deste relatório	31,10%
dividido pelo item 04 do relatório anterior vezes 100).	
7- Valor mínimo de 60% a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento da	
Educação Basica dos recursos a que se refere o "caput" do artigo 212 da	
Constituição Federal, em conformidade com as exigências do artigo 60 do ADCT,	9.631.344,29
Constituição. (item 6 do quadro anterior)	
8- Total Geral das despesas efetuadas no exercício na Manutenção e	
Desenvolvimento da Educação Basica - art. 60 do ADCT,CF. (Representa a	
despesa realizada na Função Programática do Ensino Fundamental, Ensino Infantil	15000 15000
e Ensino Especial (361; 365; e) excluída a despesa do Fundeb e incluída a	15.962.156,96
Contribuição dos 20% ao Fundeb).	N.
9- Percentual aplicado nas despesas destinadas ao Desenvolvimento da Educação	00.4407
Basica em relação a Aplicação na Educação, art. 60 do ADCT,CF(item 08/05x	99,44%
100 do quadro anterior)	





mês de dezembro do exercício que foram encaminhados mensalmente a essa Corte de Contas.

7.1 - Conforme o demonstrativo acima, verifica-se que o Município aplicou 31,10% dos impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o dispositivo constitucional.

7.2 – Em cumprimento a EC 108/2020 que torna o FUNDEB permanente c/c com art. 26 da Lei Federal 14.113/2020, a aplicação das receitas provenientes do FUNDEB em gastos com "Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em efetivo exercicio" e "Outros Despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" se apresentam da seguinte forma:

QUADRO XI

1. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	VALOR	%
1.1- 20% retido FPM/ICMS/IPI-IPVA-ITR Art. 3° da Lei Federal	8.499.258,84	68,14
14.113/2020.		
1.2 – Ganho na Contribuição	3.919.734,97	31,42
1.3 - Aplicação Financeira	55.483,96	0,44
1.4 - Total Recurso recebido no FUNDEB (item 1.1+1.2+1.3)	12.474.477,77	100
2. APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LEI 14.113/2020 c/c 14.276/2021		
2.1 - Mínimo de 70% com remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Art. 26 14.113/2020;	8.732.134,44	70%
2.2 - Máximo de 30% com outras despesas	3.742.343,33	30%
·		
3. DESPESAS PAGAS – CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O		
ARTIGO 26, II DA LEI FEDERAL 14.113/2020 c/c 14.276/2021		
*percentuais foram comparados com o valor do item 1.4		
3.1 Remuneração dos profissionais da educação Basica. Minimo de	10.438.735,96	83,68
70% dos recursos recebidos.		
3.2 Outras Despesas - São ações voltadas à consecução dos objetivos		
das instituições educacionais de todos os níveis. Inserem-se no rol		
destas ações, despesas relacionadas à aquisição, manutenção e	1.987.770,06	15,93
funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino,		
uso e manutenção de bens e serviços, remuneração e aperfeiçoamento		
dos profissionais da educação, aquisição de material didático,		
transporte escolar, entre outros.		
3.3 SUB -TOTAL Geral Aplicado (item 3.1+3.2)	12.426.506,02	99,61
3.4- Ate 10% dos recursos recebidos podem ser aplicados no 1º		
quadrimestre do Exercício Seguinte; § 3° do Art. 25 da Lei 14.113/2020; (item $1.4-3.3$)	47.971,75	0,39

7.3 – Verifica-se pelo demonstrativo que o Municipio efetuou

correta aplicação no Fundeb.

7.4 – As despesas consideradas estão de acordo com o artigo 70 da Lei Federal 9.394/96, c/c a Lei Federal 14.113/2020;





8. DAS DESPESAS COM A SAÚDE

- **8.1.** A Emenda Constitucional nº 29/00, determinou que o percentual mínimo de 15% a ser gasto pelos Municípios com as Ações e Serviços Públicos de Saúde.
- **8.2.** De acordo com a Emenda Constitucional, para efeito de calculo do percentual mínimo a que aludem os artigos 198, § 2°, III e 77, III, ADCT, da Constituição Federal, consideram-se como receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais.
- 8.3. Assim, de acordo com o que determina as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:
 - I- vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- II atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
 - III capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- V produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- VI saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;
- VII saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
 - VIII manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- IX investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- X remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

– Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências registradas	ANEXO XII
para calculo das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.	ACUMULADO
198 § 2° II e III e 77, II e III ADCT da CF).	ANUAL
IPTU	1.824.313,15





F - INDICE APLICADO = E/B	27,04%
E- Total das em Ações e Serviços Públicos de Saúde (C+D)	13.490.064,00
	101.127,23
2022	461.127,23
D- Total dos Restos de 2021 pagos com Recursos arrecadados No Exercício	
Total Acumulado no ano do Código de Aplicação 102	13.028.936,377
C – Demonstrativo das Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde	,
B - RECEITA TOTAL	49.888.233,47
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	0,0
Multas e Juros de Impostos	0,0
L.Complementar 87/96 – Lei Kandir	0,0
IPI s/ Exp.	85.544,28
FPM	20.049.962,57
ICMS	19.581.962,91
IPVA	2.547.049,95
ITR	206.297,59
IRRF	1.960.397,34
ISSQN	2.860.337,49
ITBI	772.368,19

Fonte: Balancete despesas fonte 102 Recursos próprios.

8.4. Conforme quadro acima as despesas realizadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde consistiu no exercício de 2022, no montante de R\$ 13.490.064,00 (Treze Milhões, Quatrocentos e Noventa Mil, Sessenta e Quatro Reais), correspondendo ao percentual de 27,04% do total das Receitas Arrecadadas de Imposto e Transferências Constitucionais. O percentual gasto atende o disposto no artigo 7°, da Lei Complementar nº 141/2012, que prevê para o exercício o gasto mínimo de 15%.

09 - GASTOS COM PESSOAL.

9 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000). OLIADRO XIII

QUIDRO XIII	
3 DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Valor R\$
Pessoal Ativo Bruto	34.595.533,00
Deduções (§ 1º do art. 19 da LRF)	-10.647,98
Despesa Liquida com Pessoal	34.584.885,02
Receita Corrente Liquida	73.262.295,29
% da Despesa total com pessoal	47,21
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 54%	39.561.639,46
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 51.30%	37.583.557,48
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 d LRF) 48,60%	35.605.475,51

Obs; O valor retirado do anexo I do RGF.





9.1. - Limite máximo de 54,00% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000.

9.1.2 - O demonstrativo acima comprova que no período em exame o Poder Executivo aplicou **47,21%** do Total da Receita Corrente Liquida em Despesas com Pessoal, abaixo do Limite de alerta e abaixo do limite prudencial, **atende** as normas contida no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

10 – Transferências ao Poder Legislativo - Limite máximo de 3,5% a 7% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, a ser repassado ao Poder Legislativo, até o dia vinte de cada mês (artigo 29-A da Constituição Federal, EC Nº. 58/2009).

10- RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS	Valor R\$
CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.	
RECEITA TRIBUTÁRIA (A)	6.342.859,65
Imposto Predial Territorial Urbano IPTU	730.308,02
Imposto de Renda Retido na Fonte Pessoa Física	1.285.821,86
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.	778.428,97
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.830.808,92
Multas e Juros de Moras dos Tributos	224.945,78
Divida Ativa	455.540,74
Taxas	1.037.005,36
TRANSFERENCIA CONSTITUCIONAIS (B)	37.268.644,29
Fundo de Participação dos Municípios - FPM	17.228.570,29
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.229.569,10
Imposto de Veiculo Auto Motor - IPVA	2.602.345,75
Imposto Territorial Rural - ITR	72.609,56
Desoneração do ICMS - (LC Nº 87/96)	0,0
Imposto de Prod. Industrializados S/ Exportação - IPI/EXPORTAÇÃO	114.854,40
Contribuição de Intervenção Domínio Publico - CIDE	20.695,09
TOTAL C= (A+B)	43.611.503,84
Percentual de Repasse no Até o Limite de 7%	3.052.805,27
Valor Limite de Repasse Mensal até o Valor de	254.400,34

Obs: Os dados da receita tributária e de transferências foram retirados do relatório anexo anual, receita segundo as categorias econômicas – anexo 02 – administração direta indireta e fundacional do exercício de 2021..

10.1- O montante dos repasses ao Poder Legislativo até o período foi da ordem de R\$ 2.917.000,00 (Dois Milhões, Novecentos e Dezessete Reais), representando 6,69% da Receita Tributária do Município, e das Transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da Constituição Federal, Arrecadadas no Exercício de 2.021, que totalizou R\$ 43.611.503,84 (Quarenta e Três Milhões, Seiscentos e Onze Mil, Quinhentos e Três Reais e Oitenta e Quatro Centavos).





10.1.1- Desta forma fica evidenciado que o Poder Executivo esta **CUMPRINDO** o limite de 7,00 % (referente aos seus 18.591 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE – Censo de 2010), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal e alterada pela EC nº. 58/2009.

10.2 - SINTESE DO BALANÇO

OUADRO XIV

Receita Total (A + B)	95.045.082,33
Receitas Correntes (1+2+3+4+5) A	74.956.379,29
1- Receitas Próprias Municipal (1.1+2+3+3.1)	12.925.047,86
1.1.Receitas Tributárias Próprias	
2.Receitas de Contribuições	8.994.727,65 739.834,59
3.Receita Patrimonial	2.951.965,62
3.1 – Receitas de Serviços	238.520,00
2- Transferências Correntes da União	25.990.239,77
2.1-Transferências Correntes da União FPM, ITR	
2.1-Transferencias Correntes da União FPM, 11 K 2.2-SUS	17.899.208,72 6.295.738,06
2.2-5US 2.3- FNDE	
2.4- FNAS	517.434,02
2.5- Outras Transferências da União	194.564,75 1.083.294,22
3Transferência Corrente do Estado	22.976.110,75
-	
3.1-Transf. Corrente do EstICMS, IPVA, IPI, FAS, CIDE e SUS 3.1- Transferencia Corrente Estado COVID 19	19.455.474,65
3.2- Transferências de Convênio Estado.	
	3.520.636,10
4 Transferência Multigovernamental e Outras Instituições5 Outras Receitas Correntes	12.518.541,27
	546.439,64 20.088.703,04
Receita de Capital B Alienação de Bens	705.800,00
Transferência de Capital	19.383.703,04
Transferencia de Capital	19.383.703,04
DESPESA TOTAL	93.326.411,99
Despesas Correntes	71.486.815,28
Pessoal e Encargos	35.957.159,26
Juros e Encargos da Divida	108.117,96
Outras Despesas Correntes	35.421.538,06
Despesas de Capital	21.839.596,71
Investimentos	21.799.607,87
Amortização da Dívida	39.988,84
1 intotalação da Divida	37.700,04

Fonte: Anexo 12 – Balanço ???;

11- AVALIAÇÃO DO EQUILIBRIO FINANCEIRO.

11.1. Análise da Situação Economica e Financeira do Municipio – principais indicadores financeiros e economicos em atendimento ao Inciso III, Art. IN 65/2019:





a) Equilíbrio Orçamentário:

Receita Orçamentária Total = R\$ 95.045.082,33 = 1,02 Despesa Orçamentária Total R\$ 93.326.411,99

Com base neste quociente podemos afirmar que há **R\$ 1,02** de Receita Executada para cada R\$ 1,00 de Despesa Executada, sendo por tanto uma situação APARENTE confortável, esta situação foi motivado devido que foram executado despesas com base no superávit ocorrido no exercício anterior, porém quanto a liquidez a situação é confortável conforme demonstrado na letra "f" deste relatório.

b) Autonomia Financeira

Este indicador objetiva medir a contribuição da Receita Tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como vemos, a autonomia Financeira do Município representa aproximadamente a 0,17% de suas despesas de custeio. A capacidade do Município em manter com recursos próprios, oriundos de sua competência tributária, as atividades e serviços próprios da Administração revela-se substancialmente comprometida, o que o torna excessivamente dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

c) Grau de Investimento:

<u>Investimento</u> = <u>R\$ 21.799.607,87</u> = 22,93 Receita Total = <u>R</u>\$ 95.045.082,33

Este indicador objetiva medir a participação do volume de investimento na Receita Total.

Os investimentos públicos correspondem aproximadamente a 22,93% da Receita Total do Município. É certo que este índice não deve indicar um percentual muito elevado, de forma a não comprometer a liquidez com a própria manutenção da máquina administrativa.

Dentro da boa técnica orçamentária e diante dos problemas que influenciam a administração de recursos previsto no orçamento, considera-se, em principio, insatisfatório o percentual de 22,93% da Receita Total Municipal reservada a investimentos públicos, principalmente sabendo-se que a Administração, na elaboração do orçamento, utiliza-se como instrumento de projeção e condução de verbas públicas, dispostas e agrupadas a viabilizarem metas e programas governamentais, definindo, assim, as ações de Governo em áreas e setores considerados prioritários.

d) Custo de Investimentos:





 $\frac{\text{Investimento}}{\text{Production}} = \frac{\text{R\$} 21.799.607,87}{\text{Production}} = 23,35\%$

Despesa total R\$ 93.326.411,99

Este indicador objetivo refletir o nível de investimento que o Município realizou em relação à totalidade das suas despesas.

Do total da despesa publica realizada pela Prefeitura de Colorado do Oeste, no exercício de 2022, correspondem a gastos com investimento propriamente o percentual de 23,35%.

Como comentado no indicador anterior, quando o comparamos com a Receita Total, a absorção de gastos com investimentos diretos e indiretos equivale a uma parcela considerável dentro do contexto da despesa publica, revelando, em tese, uma participação efetiva dos recursos públicos no desenvolvimento do Município.

e) Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa:

<u>Despesas de Custeio = R\$ 71.486.815,28</u> = 95,37% Receitas Correntes R\$ 74.956.379,29

Este indicador objetiva medir o nível de comprometimento do Município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se de recursos proveniente da Receita Corrente.

O índice demonstrado nos leva a concluir que a situação do Município é, desconfortável. Os gastos de custeio necessários à manutenção da máquina administrativa neste exercício consumiram quase todas as receitas corrente do município, restando, portanto recursos no percentual de 95,37% que pudesse ser disponibilizado para investimentos diretos ou projetos sociais.

f) Liquidez Imediata:

 $\frac{\text{Banco + Outras Entidades Devedoras}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{\text{R\$} \quad 29.640.791,64}{\text{R\$} \quad 21.135.690,03} = 1,40\%$

Este quociente mede a capacidade da Prefeitura de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias. O quociente acima revela perspectivas amplamente favoráveis à solvência imediata dos compromissos em curto prazo assumidos pela Prefeitura, favorecendo, a assunção de novos compromissos.

A Prefeitura mantenha em Banco em 31.12.2022 uma grande soma de recursos disponíveis, são suficientes para garantir o seu Passivo Financeiro, o que nao vai comprometer a execução orçamentaria do exercicio de 2023.

Portanto, o grau de endividamento do Município é que se mostra elevado, perante as suas disponibilidades imediatas gerais. Cabe salientar que se nos detivéssemos na análise técnica e restrita do índice de liquidez imediata por fonte de recursos, a capacidade de pagamento da Prefeitura estaria favorável em todas fontes recursos vinculados ou não.

g) Esforço Tributário Próprio:





<u>Rec. Trib. Próp. + Rec. Div. Ativa</u> = R = R = R 8.994.727,65 = 1,85% Transferências Constitucionais R 60.484.891,79

Este indicador objetiva comparar o esforço tributário próprio que o Município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às Transferências Constitucionais (ITR, ICMS,FPM, IPVA,FUNDEB,SALARIO EDUCAÇÃO, FEP, LEI KANDIR, CIDE E IPI). Esta relação inclui a Receita de Divida Ativa Tributária, ou seja, a receita tributaria não obtida no exercício.

O recurso financeiro gerado em decorrência da atividade tributaria própria do Município correspondem **1,84%** da Receita Total obtida com as Transferências Constitucionais. Não resta dúvida, portanto que quase toda a capacidade de investimento do Município esta atrelada ao comportamento da arrecadação dos Governos Federal e Estadual, em função das Transferências Constitucionais.

h) Carga Tributária Per capita:

<u>Receita Tributária Propria</u> = <u>R\$ 8.994.727,65</u>= 579,82

População do Município 15.513*

(*)https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/colorado-do-oeste/panorama estimada 2021

Este indicador objetiva refletir a carga tributária que, hipoteticamente importa a cada habitante do Município, tomando-se por base a arrecadação Tributária do Municipal.

Computando-se o total das Receitas de Divida Ativa como resultante de créditos decorrentes da atividade tributária, teoricamente, ao longo do exercício de 2022, cada habitante contribuiu com o fisco Municipal em aproximadamente, R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos), valor que apesar de baixo é compatível com a realidade regional.

h.1) Carga Tributaria Per capita (incluídas as Transferência Constitucionais)

Receita Tributária Própria. + Transf. Cont. = R\$ 61.490.910,35 = 3.963,83 População do Município 15.513*

(*)Informado no item h.

Este indicador objetiva a refletir a carga tributária que, hipoteticamente importa a cada habitante do Município, tomando-se por base a Arrecadação Tributaria do Município acrescido das Transferências Constitucionais.

Acrescentando as Transferências Constitucionais, provenientes de tributos às demais receitas tributárias próprias do referido município, dividindo o valor pela totalidade de sua população, o índice eleva-se para R\$ 3.963,83 - (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta e Três Centavos), havendo um aumento considerável da contribuição de cada munícipe para o Tesouro Municipal.





i) Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por Cidadão.

<u>Despesas de Custeio</u> = <u>R\$ 71.486.815,28</u> = R\$ 4.608,19 População do Município 15.513*

(*) Informado no item h.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão arcaria para manter em operação as atividades da máquina administrativa Municipal.

Caberia a cada cidadão, no exercício de 2022, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com **R\$ 4.608,19** (Quatro Mil, Seiscentos e Oito Reais e Dezenove Centavos), da sua renda.

Tendo em vista as peculiaridades do Município, esta contribuição representaria uma parcela de sacrifício desproporcional à capacidade de pagamento do contribuinte e, principalmente à contraprestação a cargo da Administração Pública, medida em parte, no indicador a seguir.

j) Investimento por habitante:

<u>Investimentos</u> = <u>R\$ 21.839.596,71</u> = R\$ 1.407,82 População do Município 15.513*

(*)Informado no item h.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, na hipótese de que todos os investimentos públicos fossem aplicados diretamente em prol da coletividade, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Nesse contexto, cada cidadão recebeu da Administração Pública, no exercício de 2022, na forma de contraprestação de bens e serviços, o equivalente a **R\$** 1.407,82 – (Um Mil, Quatrocentos e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos) em benefícios diretos e indiretos.

Em principio essa quantia representa uma discreta participação do governo, tendo ele a função de zelar e promover o bem estar social da coletividade e, também, papel importante na condução das atividades econômicas.

Em contrapartida, semelhante quantia se torna modesta, se considerarmos que corresponde praticamente a **242,80% do que cada cidadão contribui, em tese, aos cofres municipais** (R\$ 579,82 – letra h).

1) Investimento na Educação

I) Aplicação na Educação = R\$ 24.575.913,74* = R\$ 1.584,21

População do Município 15.513

(*) Valor tido por base no anexo 8 RREO item 47 despesa empenhada.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão participou dos recursos aplicados em educação, no exercício de 2022, teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de **R\$ 1.584,21** (Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatroa





Reais e Vinte e Um Centavos), em contraprestação de sua contribuição de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos), à Fazenda Municipal.

I.I) <u>Aplicação na Man. E Desenvol. do Ensino</u> = <u>16.045.959,61</u> = R\$ 1.034,35 População do Município. 15.513

(*) Valor obtido através das despesas proprias e Contribuição Fundeb + o ganho;

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão participou dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% - sub funções 361-365-) no exercício de 2022, em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas pagas), teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de R\$ 1.034,35 (Um Mil, trinta e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos), em contraprestação de sua contribuição de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e DoisCentavos), à Fazenda Municipal.

II)
<u>Aplicação na Educação = R\$ 19.567.841,46</u> = R\$ 11.239,43
Numero de Alunos 1.741*

(*) Nº de Alunos base SIOPE 2022 é 1.741.

Em relação ao numero de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2022, verifica-se em tese, que para o investimento de cada cidadão, no valor de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos) houve o retorno de R\$ 11.239,43 -(Onze Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos) na forma de Educação, para cada aluno por ano em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas Empenhada função 12 – sub função – 306-361-365 (dados retirado Anexo 8 RREO).

II.I)
<u>Aplicação na Man. E Des. Do Ensino = R\$ 19.848.041,46</u> = R\$ 11.400,37
Numero de Alunos 1.741*

(*) Nº de Alunos base SIOPE 2022 é 1.741.

Em relação ao numero de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2022, verifica-se em tese, que cada cidadão participou dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% - Sub Função 361-365), em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas pagas + restos pagos no exercicio), teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de R\$ 11.400,37 – (Onze Mil, Quatrocentos Reais e Trinta e Sete Centavos) em contraprestação de sua contribuição de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e DoisCentavos), à Fazenda Municipal.

m) Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Gastos com Saúde = R\$ 23.349.362,43* = R\$ 1.505,15

População do Município 15.513

(*) Valor tido por base a despesa na função 10 Saúde efetivamente empenhada.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese que dos recursos aplicado em Serviços Públicos de Saúde, teoricamente cada cidadão recebeu em atendimento e beneficios, o valor de R\$ 1.505,15 - (Um Mil, Quinhentos e Cinco Reais e Cinco Centavos), em





contraprestação ao valor de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e DoisCentavos), que representou sua contribuição ao fisco.

m.1) Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde mantida com recursos próprio do Município.

<u>Gastos com Saúde</u> = <u>R\$ 13.254.224,72*</u> = R\$ 854,40 População do Município 15.513

(*) Valor tido por base a despesa na função 10 Saúde efetivamente pago fonete de recursos 10-102.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese que dos recursos aplicado em Serviços Públicos de Saúde, excluídas as Despesas Pagas com Recursos do SUS, teoricamente cada cidadão recebeu em atendimento e beneficios, na aplicação do mínimo de 15% em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 o valor de R\$ 854,40 - (Oitocentos e Cinquenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos), em contraprestação ao valor de R\$ 579,82 (Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e DoisCentavos), que representou sua contribuição ao fisco Municipal.

12. - A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento, seguem alguns índices:

a) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades
Passivo Circulante
29.573.879,03=18,54
1.595.345,63

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

b) Liquidez Corrente (LC) - <u>Ativo Circulante</u> 36.038.826,24 = 22,59 Passivo Circulante 1.595.345.63

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos a receber, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

c) Liquidez Seca (LS) - <u>Dispon. + Créditos a Curto Prazo = 30.849.879,03</u> = 19,34 Passivo Circulante 1.595.345,63

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

d) Liquidez Geral (LG) – At. Circ. + Ativo Realizável a L. Prazo =36.866.701,92 = 21,16 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante. 1.742.268,72





A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

e) Índice de Solvência (IS) – <u>Ativo Circ + Ativo Não-Circ. = 114.651.805,25 = 65,81</u> Passivo Circ + P. Não-Circulante. 1.742.268,72

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

f) Endividamento Geral (EG) – <u>Passivo Circ + P Não-Circ</u> =1.742.268,72= 0,015 Ativo Total 114.651.805,25

Esse índice demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital.

g) Comp. do Endividamento (CE) – Passivo Circulante <u>= 1.595.345,63</u> = 0,92 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante. 1.742.268,72

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

13. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL (inc. II, art. 5° IN 65/2019)

A avaliação foi estruturada dentro de um modelo de gestão por programas, que orienta a ação de Governo para o equacionamento de problemas ou demandas oriundas da sociedade.

Considerou-se também a importância de construir uma análise orientada a subsidiar a tomada de decisão no campo da gestão e do processo associado.

É importante observar que o conceito de resultados é ainda difuso, sendo frequente a confusão entre o cumprimento das metas físicas e a obtenção de resultados na sociedade, mensuráveis por meio de indicadores. Há uma forte correlação entre a incidência de resultados satisfatórios e o grau de realização de metas físicas.

No Plano Plurianual, elaborado em 2021 para o quadriênio 2022/2025 do total de 25 programas, nenhum possui indicador; do total de 115 ações (projetos, atividades e operações especiais), previsto para serem executados em 2022 em consulta aos sistema SCPI – modulo PPA, LDO não consta registro das metas físicas. Considerando o avanço na aferição e atualização de metas físicas, ocorrido durante a elaboração do plano em 2021 para o quadriênio 2022/2025 com a revisão do Plano anualmente, pode-se dizer que o esforço do Governo Municipal em aferir o impacto da sua atuação não foi implantado progressivamente em sua totalidade, fato já relatado nos exercícios de 2020 e 2021.

Das 112 ações (projetos 35, atividades 77 e operações especiais 02) previstos para serem executados em 2022, foram executados 16 projetos que representa 46%, 01 operação especial que representa 50% e 68 atividades que representa 58,31% das ações prevista, totalizando a execução de 74,56% das ações prevista período de 2022/2022, e não consta nos relatórios justificativos da não realização das demais ações, porem houve um crescimento em relação ao exercício anterior.





Devido a inexistência de programas com sistemas de consulta ao público-alvo, constata-se a necessidade do estabelecimento de mecanismos que garantam entradas e retornos contínuos, estruturados de forma interativa e dinâmica com os públicos-alvo dos programas, fato já comentado em exercício anterior.

13.1 Desempenho Físico-Financeiro

Dos 25 programas previstos, nenhum programas podemos considerar cumpridas as metas previstas parcialmente, o restante dos programas continua em execução, sendo os responsável pela execução manifestou verbalmente em reunião de avaliações, dificuldades de execução, que de forma geral decorreram da insuficiência de recursos financeiros, e Sendo assim muitas atividades e projetos foram suspensas no Município, bem como os recursos financeiros que não foram liberados por parte do Governo Federal.

No exercício 2022, em relação ao exercício anterior, duas questões importantes impactaram no resultado das ações como um todo e, também, no resultado das ações relacionadas ao desenvolvimento dos programas, como realizar atividades rotineiras de forma presencial no atendimento as unidades, realização as vistorias, como acompanhamento das ações com deslocamentos a campo e fazer a gestão de equipes com segurança, capacitação de servidores com curso de quando e como tudo isso iria acabar.

O exame do desempenho físico do gasto público municipal continua prejudicado pela insuficiência dos controles gerenciais, que abarcam ainda um universo restrito de ações. Apesar disso, haverá avanços consideráveis quando for normatizado o gerenciamento por programas, que dentre outras atribuições, são responsáveis pelo desempenho físico do programa.

Espera-se, em curto prazo, que a estes avanços sejam somados a institucionalização de um Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento do PPA, que cumpra o papel de instrumento de monitoramento e gestão de restrições do desempenho físico dos programas do Governo Municipal.

Os resultados alcançados no presente exercício, pode-se dizer que os resultados apresentados foram satisfatórios, a execução orçamentária em relação aos anos anteriores exigiu uma série de procedimentos para o desempenho das ações e, principalmente, para a continuidade dos instrumentos em execução. Apesar disso, é notória a necessidade de recomposição orçamentária para a execução das ações não realizada devido ao baixo índice de execução das ações previsto, com tudo houve reforço por parte do Governo Estadual foi possível executar 92,60% do orçamento autorizado, sendo que houve nenhuma execução 100% executando parcialmente todos os programas, para que não prejudicasse as ações essenciais.

a)- Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, avaliação vertical em relação a despesa total autorizada.

Programas	2.937.000,00	2.583.857,53	353.142,47	0,350
1- PODER LEGISLATIVO	Dotação	Execução	Diferença	Diferença
	Inicial	Financeira	Nominal	Percentual





1- LEGISLATIVO DEMOCRATICO	357.000,000	329.644,00	27.356,00	0,027
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	710.000,00	672.973,94	37.026,06	0,037
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	17.000,00	15.756,00	1.244,00	0,001
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	1.853.000,00	1.565.483,59	287.516,41	0,285
Programas	97.851.742,65	90.742.554,46	7.109.188,19	7,054
2- PODER EXECUTIVO	Dotação	Execução	Diferença	Diferença
	Atualizada	Financeira	Nominal	Percentual
				em relação
				Dot.
				Atualizada
2-GESTÃO DAS AÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE	602.700,00	588.895,09	13.804,91	0,014
3-GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE TRÂNSITO MUNICIPAL	308.215,25	304.342,25	3.873,00	0,004
4-GESTÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	880.000,00	734.288,20	145.711,80	0,144
5-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	799.273,43	672.722,34	126.551,09	0,126
~	1.050.671.40	855.794,99	203.876,50	0,202
6-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO IDOSO E DA FAMÍLIA	1.059.671,49	033.774,77	,	





AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL				
8-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	424.700,00	422.095,95	2.604,05	0,003
9-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA VICINAL	2.104.0860,43	1.755.504,61	348.581,82	0,346
10-GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.	18.728.045,42	18.474.720,81	253.324,61	0,259
11-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	10.693.457,54	8.919.114,17	1.774.343,37	1,760
12-GESTÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS	657.309,86	537.192,63	120.117,23	0,119
13-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	124.770,64	106.915,84	17.854,80	0,018
14-DIFUSÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA E DO ESPORTE ESCOLAR	38.544,35	18.340,00	20.204,35	0,020
15-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE, LAZER E DIFUSÃO DO TURISMO.	799.447,20	645.245,73	154.201,47	0,153
16-GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE	2.584.684,75	2.375.380,53	209.304,22	0,208
17-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - ATEND. AMBULATORIAL, EMERG., HOSPITALAR E CAPS I	4.504.141,63	3.681.457,22	822.684,41	0,816
18-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	3.490.142,50	2.566.617,30	923.525,20	0,916





19-GESTÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS.				0,00
20-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	57.000,00	36.158,21	20.841,79	0,021
21-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO				0,0
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.588.716,61	7.834.427,77	754.288,84	0,748
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	/	257.916,12	25.822,59	0,0263
24-GESTÃO DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	,	148.106,80	0,0	0,0
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	/	38.607.613,40	1.070.807,41	1,062
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	100.788.742,65	93.326.411,99	7.462.330,66	7,404

Concepção do Programa

Na concepção do programa neste exercício ficou prejudicado devido a uma situação nova que não estávamos preparados para enfrentar e falta de ferramentas para dar suporte ao desenvolvimento de muitas atividades.

Dada esta situação, algumas constatações podem ser feitas:

- A necessidade apresentada de aperfeiçoar os indicadores reflete uma maior preocupação em mensurar resultados, ocorrendo o mesmo erro em relação aos anos anteriores;





- A inadequação quanto à suficiência de metas físicas e a pertinência das ações refletem uma preocupação da Administração Pública em compatibilizar os meios com os impactos esperados em cada programa por não haver normativa para controle efetivo, bem como a alimentação e acompanhamento dos objetivos proposto.

Estratégia de Implementação.

Neste contexto, torna-se relevante a seguinte indagação: a estratégia de implementação adotada para o programa está adequada?

Pelo que se pode observar durante a execução, dos programas carecem de adequada estratégia de implementação, como exemplo a Gestão do Sistema Administrativo, Financeiro e Tributário que foi adequando com auxilio do Tribunal de Contas através do PROFAZ que foi paralisada devido a pandemia, na capacitação dos servidores responsáveis pela cobrança da Divida Ativa, de forma que seja possível utilizar com eficiência as mais modernas ferramentas de fiscalizações, onde já no exercício de 2020, 2021 e no exercício desta prestação, houve uma melhora significativa na arrecadação da Divida Ativa que superou os 12,50% em relação ao exercício anterior (item 1.1 folhas 6 do demonstrativo da Receita Anexo 6).

Implantar rotinas que permita a fiscalização das receitas de competência do município, dotar o setor de fiscalização tributaria de infraestrutura de funcionamento, condizente com sua importância e atribuições atendendo as reinvindicações dos fiscais, definindo atribuições e competência dos responsáveis pelo setor.

Se adotada medidas saneadoras e controle com vista a busca pela recuperação dos créditos em atraso, controle na emissão de documentos fiscais, para evitar emissão em duplicidade ou registro errado como tem sempre acontecido em exercícios anteriores, inscrição da divida Ativa e efetiva cobrança de todos os valores devidos aos cofre municipais e não pagos, no intuito de evitar a decadência e prescrição dos créditos tributários e não tributários que podem ensejar ao administrador publico responsabilidade por crime de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92 e alterações ocorridas pela Lei 14.230/2021.

O monitoramento da execução e a prática de avaliação possibilita a identificação dos mais variados entraves à implementação dos programas e a obtenção de resultados, se estiver alcançando seus objetivos, podemos confirmar que a execução está adequada, caso contrario, podemos demonstrar que algo precisa ser feito para que os objetivos sejam alcançados.

b) informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo Município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública. (Avaliação horizontal e Inc. III, IN 65/2019)

Programas	Escolhido pela População S/N	ate o final do	Diferença Percentual Não executado
1- PODER LEGISLATIVO Previsto	2.937.000,00	2.583.857,53	353.142,47
1- PODER LEGISLATIVO Realizado	2,914%	2.564%	0,350%





1- LEGISLATIVO DEMOCRATICO	N	99,973	0,027
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	N	99,963	0,037
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	N	99.999	4,67
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	N	99,999	0,001
Programas	97.851.742,65	90.742.554,46	7.109.188,19
Duovisto	07.09/0/	Realizado%	Não Dooling do 0/
Previsto	97.086%	90.032%	Não Realizado%
			7,054
2- PODER EXECUTIVO	Escolhido pela	% da Execução ate	Diferença Percentual
	População S/N	o final do	
		Exercício.	
2- PODER EXECUTIVO	Escolhido pela	% da Execução ate	Diferença Percentual
	População S/N	o final do	
		Exercício.	
2-GESTÃO DAS AÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE	N	99.986	0,014
3-GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE TRÂNSITO MUNICIPAL	N	99.986	0,004
4-GESTÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO.	N	99.856	0,144
5-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO	N	99.874	0,126





6-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO IDOSO E DA FAMÍLIA	N	99.798	0,202
7-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL	N	99.904	0,096
8-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	N	99.997	0,003
9-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA VICINAL	N	99.654	0,346
10-GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.	N	99,741	0,259
11-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	N	99.240	1,760
12-GESTÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS	N	99.881	0,119
13-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	N	99.982	0,018
14-DIFUSÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA E DO ESPORTE ESCOLAR	N	99.980	0,020
15-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE, LAZER E DIFUSÃO DO TURISMO.	N	99.847	0,153
16-GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE	N	99.792	0,208
17-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - ATEND. AMBULATORIAL,	N	99.184	0,816





TOTAL GERAL	100.788.742,65	93.326.411,99	92,596	7,404
CONTINGÊNCIA				
MUNICIPAL 9999-RESERVA DE	N	0,0		0
MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA		30,330		11002
24-GESTÃO DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES) 25-GESTÃO DE	N	98.938		1.062
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	N	99.974		0,026
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	N	99.252		0,748
21-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	N	0		0,0
20-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	N	99.979		0,021
19-GESTÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS.	N	0,0		0,0
18-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	N	99.084		0,916
EMERG., HOSPITALAR E CAPS I				

13.2- - relatório de auditoria interna sobre a execução dos orçamentos quanto à legalidade e legitimidade, bem como do cumprimento dos limites constitucionais e legais, em observância ao art. 74 da Constituição Federal c/c art. 59 da Lei Complementar 101/2000 - LRF, contemplando no mínimo:





13.2.1 avaliação do cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

Além dos quadros previstos no item 13.1 deste relatório, com analise de programas/PPA/LDO logo abaixo tem os quadros das ações planejadas e executados no exercício, dos quais não foi possível melhor avaliação devido a falta de informações das metas físicas nos instrumento de planejamento conforme comentamos em relatório anteriores, sendo que o gestor determinou aos secretários que quantifique as metas para que se possam analisar;

13.2.2- limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

No tocante a Operações de Créditos, não se aplica ao Município devido que não realizou durante exercício;

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas ate o dia 31 de dezembro distinguindo as processadas das não processadas, e na hipótese de estar nos últimos quadrimestres do mandato do titular do Poder ou órgão, há vedação das inscrições de Restos a Pagar, sem a devida disponibilidade de caixa (art.42 da LC 101/2000), o Tribunal de Contas de Rondônia exige "A suficiência financeira será aferida mediante cotejamento entre recursos livres e vinculados e por fonte de receitas. (Art. 4°,§ 2°, Decisão Normativa n. 3/2019/TCE-RO)" e o município atende ao previsto na legislação.

13.2.3- verificação e avaliação das medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respetivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23 da LRF não se aplica;

Este controle Interno no **item 9 deste Relatório** sobre o demonstra a situação favorável do Município neste exercicio, não sendo no momento motivo de adoção de qualquer medida para enquadramento de limites de gasto com pessoal;

13.2.4- providências tomadas, conforme o disposto no art. 31 da LRF, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites;

Conforme demonstrado no **Relatório sobre Gestão Orçamentária e Financeira item 3.1.3** o Endividamento Geral do município reduziu no exercício corrente em relação aos dois últimos exercício, bem como a Divida Consolidada Liquida do Município é negativa (-39,30%) conforme demonstrado do Anexo 2 Relatório de Gestão Fiscal não se aplica esta providencia ao Município.

13.2.5- cumprimento do limite de repasses do duodécimo aos poderes e órgãos autônomos;

Neste quesito apenas efetuamos repasse ao Poder Legislativo que esta dentro do limite permitido conforme demonstrado no **item 10 deste relatório**;





13.2.6- obediência a limites e condições no que tange à renúncia

de receita;

"A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros beneficios que correspondam a tratamento diferenciado". Prevista no Art. 14 § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal Não houve renúncia de receita no exercício.

13.2.7- avaliação do equilíbrio orçamentário e financeiro;

Todas as avaliações possíveis estão no item 11 deste Relatório que pode ser analisados por técnicos dessa corte de Contas se atende ao pressuposto.

14- Das determinações do TCE.

14.1 - Processo 01129/21 -- Acordão APL TC 00318/21

ITEM III sub item l

Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste ou a quem lhe vier a substituir ou suceder, que:

III.1) adote medidas concretas e urgentes para cumprir efetivamente todas as metas, estratégias e indicadores constantes no Plano Nacional de Educação, bem como que corrija a falta de aderência observada entre o Plano Municipal e o Plano Nacional de Educação, atentando-se para os resultados da análise técnica, consubstanciados no relatório ID 1085792, a seguir destacadas:

ii. não atendeu os seguintes indicadores e estratégias vinculados às metas (metas com prazo de implemento já vencido):

a) Estratégia 7.15A da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação - universalização do acesso à internet, meta 100%, prazo 2019), por haver alcançado o percentual de 69,23%;

Resposta dos itens acima.

No Município de Colorado do Oeste 100% das escolas possuem rede de acesso a internet, sendo as da zona urbana e uma da zona rural atendidas com fibra ótica, e as demais da zona rural com internet via rádio e internet do Governo Federal através do Programa de Inovação Educação Conectada e possui computadores para uso dos alunos de professores conforme destacaremos nas imagens por escola abaixo.

E.M.E.I.E.F. Gov. Ângelo Angelin













E.M.E.I.E.F. Prof^a. Clair da Silva Weyh (Zona Rural Prog. Gov. Federal)



E.M.E.I.E.F. Prof^a. Clair da Silva Weyh (Zona Rural Internet fornecida pelo Município Fibra Ótica).









E.M.E.I.E.F. Julieta Vilela Velozo Internet e laboratório de informática para uso de alunos e professores.

















E.M.E.I.E.F. Planalto (Sala compartilhada entre professores e estudantes).



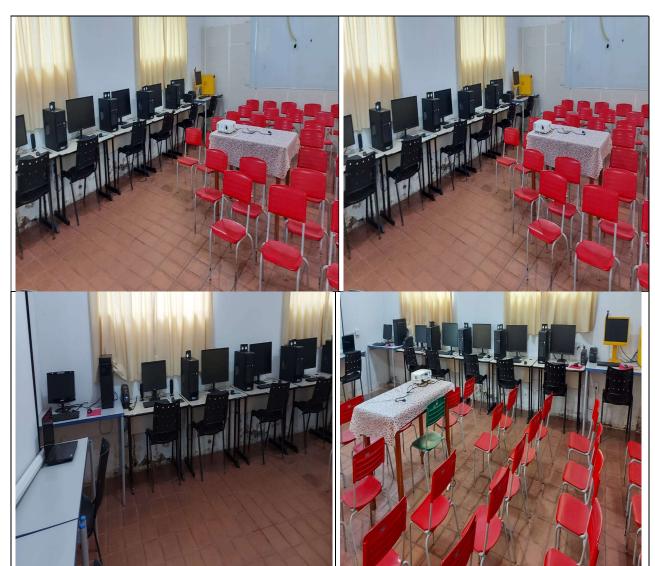




E.M.E.I.E.F. Dom João VI.







EMEIEF Marcos Donadon













EMEIEF 16 de junho



EMEIEF Getúlio Vargas







O Município realizou algumas parcerias para aquisição de melhorias no que tange a aquisição de recursos tecnológicos tais como:

1)Parceria com o Instituto Federal de Rondônia - Campus de Ji Paraná PROCESSO

SEI No: 23243.013688/2021-73 DOCUMENTO SEI No: 1656457

INTERESADO(S): @interessados virgula espaco maiusculas@

Convênio que entre si celebram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-Campus de Ji-paraná e a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste/RO, para atendimento ao Projeto Tecnologia e Mobilidade em Educação: Informatização Escolar para Gestão Acadêmica e Interface de Usuários. Link para acesso:

https://drive.google.com/file/d/16fIAnWZWjkQcqhSLx0SWWOzxwECgTG6g/view?usp=share_link

2) PLANO DE APLICAÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DO RECURSO DO TERMO INTERNSTITUCIONAL - AJUSTE FUNDEB REFERENTE AO PERÍODO DE 2010 A 2018. Link de acesso: https://drive.google.com/file/d/15b-oyMfOx1a4W1 ENXYzs41JuToyrObK/view?usp=share link

3) Recentemente foram adquiridos recursos tecnológicos através de: Recurso Próprio, FUNDEB e Salário Educação conforme descritos nos termos dos processos relacionados:

1667/2021 - Equipamentos

1099/2021 - Equipamentos

1219/2020 - Internet

1635/2022 – Internet

1636/2022 – Manutenção de computadores

140/2023 – Equipamentos

1636/2023 – Manutenção de computadores e impressoras

1635/2023 - Internet

b) Estratégia 18.4 da Meta 18 (professores - remuneração e carreira — previsão no plano de carreira de licença remunerada para qualificação profissional, estratégia sem indicador, prazo 2016).

R - A Comissão de Monitoramento do PME está sendo organizada para atender essa demanda, justifica se que na Comissão anterior estava faltando segmentos de membros, a nova comissão seguira as orientações para as devidas adequações.

iii. Está em situação de risco de não atendimento dos seguintes indicadores e estratégias (metas com prazo de implemento até 2024) vinculados às metas:

a) Indicador 7B da Meta 7 (fluxo e qualidade - Ideb dos anos finais do ensino fundamental 8ª série / 9º ano, meta 5.5, prazo 2021), por haver alcançado o Ideb 5.1;

Resposta- Escola da Rede Municipal alcançou o índice conforme resultado divulgado pelo INEP.

https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados

b) Indicador 7C da Meta 7 (fluxo e qualidade - Ideb do ensino médio 3° ano, meta 5.2, prazo 2021), por haver alcançado o Ideb 4.7;





Resposta; A Rede Municipal não atende essa modalidade, porém essa modalidade é atendida pelo governo do estado e pelo governo federal no site no INEP não tem informação das escolas que atendem essa modalidade a justificativa do INEP a não constar os dados referente a média é que não houve amostragem suficiente. Em relação a melhoria da média das avaliações do SAEB as escolas da rede estadual têm parceria com plataformas de aprendizagens conforme descrição do link:

Acesso para plataforma REVISA MAIS. 1° e 2° ano do Ensino Médio. http://revisamais.com.br/login

Acesso para plataforma REVISA ENEM. 3° ano do Ensino Médio. https://ro.revisaenem.com.br/login

Vale destacar que essas plataformas oferece simulados online e também materiais impressos.



De acordo com informações solicitados pelas escolas que atendem essa modalidade, está sendo realizado mobilizações para melhorar esse índice.

c) Estratégia 7.15B da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – triplicar o número de computadores utilizados para fins pedagógicos, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 4,66%;

Resposta - Conforme informado no item anterior a rede municipal está em mobilização para melhoria dessa meta.

d) Estratégia 7.18 da Meta 7 (fluxo e qualidade - infraestrutura básica, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 48,08%.

Resposta - Em relação a Meta 7.18 do fluxo e qualidade - infraestrutura básica o Município além dos recursos próprios busca parceria com o Governo Estadual e Federal para atingir o percentual proposto para o prazo de 2024.

Processo nº1123/2022 de Manutenção Predial





Processo n°132/2023 de Manutenção de calhas, rufos, vidros e grades Convênio n° 255/PGE de 2022 Convênio n° 019/PGE/SEDUC de 2023 Convênio n° 596/PGE/2022 Convênio n° 591/PGE/2022 Processo n°304/2022 Convênio n°013/PGE/2022

iv. As metas e estratégias do Plano Municipal não estão aderentes com o Plano Nacional de Educação em razão de não haverem sido instituídas, estarem aquém das fixadas nacionalmente e com prazos superiores aos definidos, conforme descritas a seguir:

- a) Indicador 2A da Meta 2 (meta 100%, prazo 2024), meta aquém do PNE;
- b) Indicador 3A da Meta 3 (meta 100%, prazo 2016), meta não instituída;
- c) Indicador 3B da Meta 3 (meta 85%, prazo 2024), meta aquém do PNE;
- d) Indicador 4A da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), meta aquém do PNE;
- e) Indicador 4B da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), meta não instituída;
- f) Estratégia 4.2 da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), estratégia aquém do PNE;
- g) Estratégia 7.15 da Meta 7 (meta 100%, prazo 2019), meta não instituída;
- h) Indicador 8A da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída;
- i) Indicador 8B da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída;
- j) Indicador 8C da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída;
- k) Indicador 8D da Meta 8 (meta 100%, prazo 2024), meta não instituída;
- I) Indicador 9A da Meta 9 (meta 100%, prazo 2015), meta não instituída;
- m) Indicador 9B da Meta 9 (meta 93,5%, prazo 2024), meta não instituída;
- n) Indicador 10A da Meta 10 (meta 25%, prazo 2024), meta aquém do PNE;
- o) Indicador 15A da Meta 15 (meta 100%, prazo 2024), meta não instituída;
- p) Indicador 16A da Meta 16 (meta 50%, prazo 2024), prazo além do PNE.

Resposta -A Comissão de Monitoramento do PME está sendo organizada para atender essa demanda, justifica se que na Comissão anterior estava faltando segmentos de membros, a nova comissão seguira as orientações para as devidas adequações.

14.1.1 Processo 01129/21 - Acórdão APL-TC 00318/21, item

III, subitem 2

Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste ou a quem lhe vier a substituir ou suceder, que:

III.2) continue implementando e aperfeiçoando as ações administrativas e judiciais necessárias para arrecadação das receitas oriundas da dívida ativa;

Resposta: A Administração com a homologação do Concurso Publico

de 2022 no mês de Julho, admitiu servidores para incrementar o setor de arrecadação no mês de Agosto/2022 que já houve melhora nos índice de arrecadação em apenas 03 (três) meses com mais servidores o resultado da arrecadação da divida Ativo no exercicio melhorou em relação ao exercicio anterior, cremos que no exercicio de 2023 o resultado será melhor.





Exercício	Arrecadação	Percentual em Rel/Ano Ant.
2018	207.037,15	-38,01%
2019	533.024,88	157,45%
2020	765.641,63	53,64%
2021	882.004,22	15,20%
2022	1.150.272,74	30,42%

14.1.2- Processo 01129/21 - Acórdão APL-TC 00318/21, item

III, subitem 3

Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste ou a quem lhe vier a substituir ou suceder, que:

III.3) proceda com os ajustes contábeis necessários para correção da distorção decorrente do erro na classificação das receitas de convênio do FITHA, principalmente, em função dos efeitos sobre o acompanhamento dos limites da despesa com pessoal e o sobre a base de cálculo de transferência para repasse legislativo no exercício seguinte;

Resposta: Já informado duas vezes, a essa Corte de Contas, sobre esse Convênio, explanado, em função da analise do técnico ter fundamentado no §2º do artigo 11 da Lei Federal 4.320/64 "São receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente" (grifouse)".

Poderia ter também fundamentado com base no mesmo artigo 11 da Lei Federal 4.320/64 só que no § 1º - "São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes" esta em destaque classificáveis em Despesas correntes, por o serviço objeto do CONVENIO é Recuperação de Estradas Vicinais, uma despesa de manutenção que não será e não foi incorporado ao bem publico (patrimônio)como já descreremos anteriormente.

Caso persistam em EFETUAR AJUSTE CONTABIL REFERENTE O EXERCICIO DE 2020, no informe como proceder passo a passo.

14.1.3 - Processo 01129/21 - Acórdão APL-TC 00318/21,

item IV, alínea a

Determinar, via ofício, com efeito imediato, ao atual Controlador-Geral do Município: a) continue acompanhando e informando, por intermédio do Relatório de Auditoria Anual (integrante das contas anuais), as medidas adotadas

Resposta: O Município esta classificando a Receita de acordo como é elaborado os Planos de Trabalho que e aprovado pelo Estado repassador dos recursos.





14.14 - Processo 01129/21 - Acórdão APL-TC 00318/21, item

IV, alínea b

Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Controlador-Geral do Município:

b) acompanhe, monitore e informe o cumprimento das metas estabelecidas no PNE e a aderência do PME, fazendo constar, em tópico específico

Resposta: Ação providenciada, com a nomeação da comissão será revista todas as metas e informada posteriormente a esta corte de Contas.

14.1.5 - Processo 01629/20 - Acórdão APL-TC 00342/20,

item III, Subitem 3

Juntamente com o Secretário Municipal de Educação, procedam ao monitoramento do plano municipal de Educação;

Resposta: Ação providenciada, com a nomeação da comissão será revista todas as metas e informada posteriormente a esta Corte de Contas.

14.1.6 - Processo 01629/20 - Acórdão APL-TC 00342/20,

item III, Subitem 4

informe à Corte de Contas as medidas adotadas, pelo Município junto ao Estado de Rondônia, para dar o efetivo cumprimento da meta 3 do PNE, que tem como objetivo o atendimento das crianças do ensino médio.

Resposta: O Município tem cadastrado na plataforma do Busca Ativa os gestores das escolas do Município e faz o acompanhamento sistemático dos casos inseridos na plataforma por estas escolas.

Além das ofertas de vagas no ensino regular para essa faixa etária o Município também conta com a oferta de ensino médio profissionalizante disponibilizada pela rede federal de educação no Instituto Federal de Rondônia – Campus de Colorado do Oeste.

14.1.7 - Processo 01016/19 - Acórdão APL-TC 00303/20,

item III.

Determinar, via oficio, independente do transito em julgado, às Controladorias Gerais, do Estado e dos 52 Municípios, que fiscalizem a execução dos planos de ação elaborados para a melhoria da prestação dos serviços de saúde na atenção básica da saúde em suas regiões, fazendo constar tópico específico em seus relatórios de auditoria bimestrais e anual, atuando, assim, no apoio da missão institucional deste Tribunal de Contas, conforme dispõe o art. 74, § 1°, da Constituição Federal;

Resposta:





REFERENCIA: Acórdão nº 136/2015, Processo 3989/2014

ASSUNTO: Informação das medidas adotadas - 2022

Ao cumprimenta-lo cordialmente, apresentamos as medidas adotadas no ano de 2022 conforme recomendação do Acórdão nº 136/2015 TCE, processo nº 3989/2014.

2.1) Realize levantamento (diagnóstico) das necessidades de alocação de pessoal da AB, considerando o perfil epidemiológico, a população coberta por equipe e a composição das equipes multiprofissionais;

O diagnóstico das necessidades é realizado conforme dados obtidos pela escala de Coelho-Savassi, instrumento que auxilia na avaliação do risco de vulnerabilidade familiar, conforme estratificação obtida está sendo feitoo redimensionamento das microáreas do município,

2.2) Promova a articulação com o governo estadual e federal (por meio da CIR e CIB, CONASS, COSEMS, CONASEMS), para discutir, programar e estabelecer uma política de financiamento da Atenção Básicaque se adeque à realidade dos Municípios;

O modelo de financiamento para a APS atualmente é definido pelo programa Previne Brasil foi instituído pelaPortaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. As articulações sobre a realidade local são feitas mensalmente junto a Comissão Intergestores Regional CIR e Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

2.3) Desenvolvam ações que promovam a permanência dos profissionais na Atenção Básica, a exemplo: concursos públicos e plano de cargos, carreiras e salários; gratificação e outros incentivos; melhores condições de trabalho (EPIs, materiais, equipamentos, transporte, insumos, infraestrutura);

No ano 2022 foi realizado concurso público, conforme link

https://concursos.rhsconsult.com.br/concursos/publicacoes/PREFEITURA+MUNICIPAL+DE+COLORADO+DO+OESTE/75, e também foi constituída a Comissão Permanente para o Acompanhamento e Avaliação do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores do Município de Colorado do Oeste-RO através da portaria nº 44 de 29 de Junho de 2022.

2.4) Promovam ações e capacitações para fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação junto àsequipes de Atenção Básica;

São realizadas reuniões mensais para monitoramento e avaliação das equipes da Atenção Básica.

2.5) Componham a Secretaria Municipal de Saúde com pessoal capacitado e suficiente, com base em critérios de dimensionamento pré-definidos, para o desenvolvimento das ações de monitoramento e avaliaçãode indicadores da Atenção Básica;

Os critérios de dimensionamento são definidos pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sendo a Equipe de Saúde da Família (eSF) em nosso município composta por médico, enfermeiro, auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS).

2.6) Adequem a estrutura organizacional da secretaria, contemplando a atividade de monitoramento e avaliação a Atenção Básica;

A atividade de monitoramento e avaliação a Atenção Básica foi adequada na estrutura organizacional atravésda Lei Municipal nº 2.364, de 18 de março de 2022 e suas alterações.

2.7) Aprimorem os mecanismos de levantamento de dados para compor os indicadores, incluindosistemática para verificar a confiabilidade dos dados;

Os mecanismos adotados englobam a manutenção periódica (backup, verificação de duplicidade e inconsistências) da base de dados do Sistema E-SUS AB, através da utilização do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) em 100% das unidades básicas de saúde.

2.8) Implantem, no âmbito municipal, portfólio de indicadores de processos de trabalho para aAtenção Básica;

As ações de trabalho são monitoradas através da plataforma e-Gestor AB, que auxilia na organização e planejamento dos serviços de saúde estabelecidos pelo programa Previne Brasil, que avalia os indicadores de forma quadrimestral.

2.9) Promovam a divulgação dos resultados gerados no processo de monitoramento e





avaliação dosindicadores da Atenção Básica;

Os resultados gerados são divulgados através de fotos nas redes sociais, no site oficial do município, nas audiências publicas e relatório de gestão.

2.12) Adequem a estrutura de Tecnologia da Informação - TI para atendimento das necessidadeslevantadas no diagnóstico;

A estrutura de TI foi melhorada através da aquisição de um servidor novo para hospedar as aplicações, e também foi realizada contratação de profissional da área por intermédio de concurso público.

Insiram na pauta de reunião da Comissão Intergestores Bipartite - CIB e da ComissãoIntergestores Tripartite - CIT proposta de integração (interoperabilidade) dos sistemas informatizados;

A Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) é a plataforma nacional de interoperabilidade (troca de dados)em saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2020.

2.13) Promovam a articulação com o governo estadual e federal por meio da CIB e CIT, visando àelaboração de diretrizes para o levantamento das necessidades de saúde da população;

As Conferências Saúde (nacional, estadual e municipal) são eventos norteadores e espaços de diálogo entregoverno e sociedade para a construção das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.14) Promovam a implantação ou aperfeiçoamento dos canais de comunicação entre usuários e aUBS/SMS, de modo que as necessidade dos usuários sejam comtempladas no planejamento;

Os canais de comunicação foram ampliados através da ouvidoria municipal, e disponibilização de aparelhoscelulares (com WhatsApp) para todas as Unidades Básicas de Saúde.

2.17) Fortaleçam e estimule a estrutura de apoio matricial;

Disponibilização de atendimentos via telemedicina.

14.1.8 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item III. Alínea "a"

a) intensifique e aprimore os esforços para a recuperação de créditos da dívida ativa, com a adoção de medidas judiciais e/ou administrativas, tais como a utilização do protesto extrajudicial como medida prévia de ajuizamento das execuções judiciais para os créditos tributários ou não tributários, de modo a aperfeiçoar constantemente a arrecadação dos créditos inscritos na dívida ativa;

Resposta: Já esta procedendo de forma satisfatória com a posse de novos servidores no setor apartir de setembro de 2022;

14.1.9 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item III. Alínea "b" subitem 1

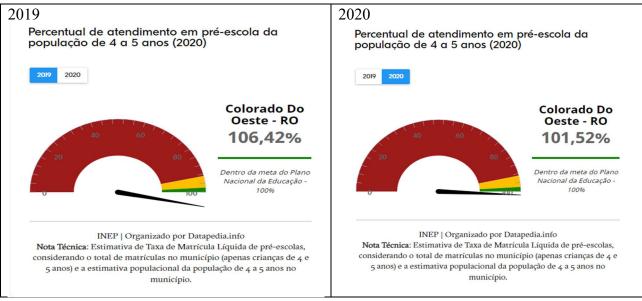
- **b.i)** Não atendimento dos seguintes indicadores e estratégias vinculadas às metas (metas com prazo de implementação já vencido):
- a) Indicador 1A da Meta 1 (atendimento na educação infantil universalização da pré-escola, meta 100%, prazo 2016), por haver alcançado o percentual de 78,55%;

Resposta: Com base nos dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP o Município de Colorado do Oeste nos anos de 2019 e 2020, alcançou as metas





estabelecidas no Plano Municipal de Educação nas matrículas de Pré Escola de acordo com os charts abaixo.



Fonte: https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/colorado-do-oeste-ro/

Os dados referentes aos anos de 2021 e 2022, ainda não se encontram disponíveis na plataforma para esta municipalidade. Não sabemos precisamente informar as fontes utilizadas pela Corte de Contas do Estado de Rondônia referentes aos anos de 2021 e 2022 para chegar aos limites e percentuais neste instrumento de medição estabelecidos. Desde o ano de 2017, o Município de Colorado do Oeste tem envidado esforços para a universalização da Educação Infantil prevista nos instrumentos jurídicos mencionados no presente acórdão a exemplo da criação de turmas de Pré I e II nas escolas da zona rural onde não existiam, a unificação da extinta Escola de Ensino Fundamental Tarsila do Amaral e a Creche Municipal Pingo de Gente que deu origem no Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato em 2019, que ampliou as vagas para matrícula em creche e também fez termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado de Rondônia que a partir de 2018 foram abertas 12 novas turma de Pré Escolar em quatro Escolas na zona urbana que foram municipalizadas.

A Secretaria Municipal de Educação em 2021 articulou reunião de treinamento para os agentes de comunitários de saúde no que tange as ações do Busca Ativa Escolar. Em 2022 foi articulado junto ao MP local reunião com os agentes comunitários de saúde tendo como meta à criação dos alertas nos casos existentes de não frequência escolar na microrregião de sua abrangência de atendimento.

b) Estratégia 1.4 da Meta 1 (atendimento na educação infantil - consulta pública da demanda das famílias por creches, estratégia sem indicador, prazo 2014);

Resposta: O Município implementou ferramenta digital disponível no site da prefeitura onde toda população pode fazer reserva de vagas e pré Matrícula de forma digital na escola de sua preferência. Disponível em: https://bit.ly/3JeW2jk





c) Estratégia 7.15A da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – universalização do acesso à internet, meta 100%, prazo 2019), por haver alcançado o percentual de 77,78%;

Resposta: Todas as escolas da Rede Municipal de Ensino possuem acessa a internet, sendo nos formatos, fibra ótica, educação conectada (governo federal) e uma escola com internet via rádio devido a distância. Já respondido com imagens à resposta a letra a) Estratégia 7.15A da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – universalização do acesso à internet, meta 100%, prazo 2019), por haver alcançado o percentual de 69,23%;

- d) Estratégia 18.1 da Meta 18 (professores remuneração e carreira Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados, meta 90% e 50%, prazo 2017); por haver alcançado o percentual de 87,25% dos profissionais de magistério e de 97,85% dos profissionais da educação não docentes.
- e) Estratégia 18.4 da Meta 18 (professores remuneração e carreira previsão no plano de carreira de licença remunerada para qualificação profissional, estratégia sem indicador, prazo 2016);

Resposta unificada: O Estudo do plano de carreira está em andamento através da comissão instituída pela Portaria 44/2022. http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=015064&extencao=PDF

14.1.10 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item III. Alínea "b" subitem 2

- **b.ii**) Tendência de atendimento dos seguintes indicadores e estratégias (metas com prazo de implementação até 2024):
- a) Estratégia 1.15 da Meta 1 (atendimento na educação infantil promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, estratégia sem indicador, prazo 2024);

Resposta: O Município aderiu a estratégia Busca Ativa Escolar do UNICEF em 2018 e encontra-se com o percentual de 380% da meta atingida. Disponível em: https://plataforma.buscaativaescolar.org.br/dashboard

b) Estratégia 1.16 da Meta 1 (atendimento na educação infantil - realizar e publicar anualmente a demanda manifesta em creches e pré-escolas, estratégia sem indicador, prazo 2024);

Resposta: Anualmente é publicado o Edital de Matrícula como exemplo da Resolução 045/2022/CMEPMCOL, além dos editais de publicação, a demanda é divulgada em diversos recursos da mídia.

 $\underline{http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=015779\&extencao=PDFactorial applicacoes/publicacao/download.php?id_doc=015779\&extencao=PDFactorial applicacao=PDFactorial applicacao=PDFactorial$





- c) Indicador 2A da Meta 2 (atendimento no ensino fundamental universalização do ensino fundamental para população de 6 a 14 anos, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 114,47%;
- d) Estratégia 2.5 da Meta 2 (atendimento no ensino fundamental promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, estratégia sem indicador, prazo 2024);

Resposta: O Município aderiu a estratégia Busca Ativa Escolar do UNICEF em 2018 e encontra-se com o percentual de 380% da meta atingida. Disponível em: https://plataforma.buscaativaescolar.org.br/dashboard

- e) Indicador 3B da Meta 3 (atendimento no ensino médio elevação das matrículas no ensino médio para população de 15 a 17 anos, meta 85%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 148,44%;
- f) Estratégia 4.2 da Meta 4 (educação especial inclusiva promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 100,00%;
- g) Estratégia 5.2 da Meta 5 (alfabetização até 8 anos Estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental, estratégia sem indicador, prazo 2024);

Resposta unificada: Em 2022 em parceria com o Governo

Estadual foi realizada a avaliação do SAERO. https://avaliacaoemonitoramentorondonia.caeddigital.net/#!/res-somativa-

m1?DADOS.VL FILTRO ETAPA=ENSINO%20FUNDAMENTAL%20DE%209%20ANOS%20-

%202%C2%BA%20ANO&DADOS.VL_FILTRO_DISCIPLINA=MT&DADOS.VL_FILTRO_REDE=MUNICIPAL&DADOS.DC_FAIXA_PERC

ENTUAL HABILIDADE=Alto, M%C3%A9dio%20Baixo, M%C3%A9dio%20Alto, Baixo

Em 2023 em parceria com o GAEPE está sendo realizado o Programa de Alfabetização na Idade Certa. Anexo Termo de Colaboração:

https://drive.google.com/file/d/1Hy1Y9eJVj5kk51XNY3AMITGxvaWXs19u/view?usp=share link

Através de Emenda Parlamentar também foi adquirido o material do Eleva SAEB. Anexo https://drive.google.com/file/d/1tjljL0CJF3S6x7cDtD-a4P5u6eY4VfS9/view?usp=share_link

h) Indicador 16A da Meta 16 (professores formação – elevar o percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, meta 50%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 95,58%;

Resposta: Já atendeu todo publico alvo

i) Indicador 16B da Meta 16 (professores formação – elevar o percentual de professores com formação continuada, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 100,00%;

Resposta: Já atendeu todo publico alvo





14.1.11 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item III. Alínea "b" subitem 3

- **b.iii**) Risco de não atendimento dos seguintes indicadores vinculados às metas com prazo de implemento até 2024:
- a) Indicador 1B da Meta 1 (atendimento na educação infantil ampliar da oferta em creches da população de 0 a 3 anos, meta 50%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 25,39%;
- **b**) Estratégia 1.7 da Meta 1 (atendimento na educação infantil consulta pública da demanda das famílias por creches, estratégia sem indicador, prazo 2024);

Resposta unificada: O Município disponibiliza ferramenta eletrônica para a inscrição de interessados por vagas na creche e pré escola. Disponível no link:

http://sie.coloradodooeste.ro.gov.br:8071/sieweb/Publico.dll/?user=172C776F6B70120A1D11131C141B1B7476434767432B210E2D282E203A484 444484B57213834222B2226393C5B565A5440A3C332D3D2DF3AC1ABA1A7ABB0AAC2D8DEDACECED6D9ACBEBBBFAFBBDBD0D8DF F287B183EBECD2EBFBE2ECEF889284E5E5F0E1E1FFFFEDF7F4F2FB9B969AE4FF9596FC8CE0FA9C8784828BEBE6EAD2E8EBF79D9880 93919D9E94919699FAFAF8D1C7E7C3ADA797A6A6AEC792B1

c) Indicador 6A da Meta 6 (educação integral – ampliação da oferta, meta 25%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 0,00%;

Resposta: Para o atendimento dessa meta foi criada a Lei

2446/2022

 $\frac{http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/publicacao/frmpublicacao&grupo=&nomeaplicacao=publicacao}{ao}$

d) Indicador 6B da Meta 6 (ampliação do número de escolas que ofertam educação integral, meta 50%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 0,00%;

Resposta: Para o ano letivo de 2023 foram instaladas duas escolas de educação em tempo integral a saber: E.M.E.I.E.F. Julieta Vilela Velozo e E.M.E.I.E.F.Pref. Marcos Donadon

Resolução 043/2022/CME/PM/COL

http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/publicacao/frmpublicacao&grupo=&nomeaplicacao=publicacao

e) Estratégia 7.15B da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – triplicar o número de computadores utilizados para fins pedagógicos, meta 13,51%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 5,28%;

Resposta: Meta justificada anteriormente nesse relatório

f) Estratégia 7.18 da Meta 7 (fluxo e qualidade - infraestrutura básica, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 79,17%;

Resposta: Meta justificada anteriormente nesse relatório

g) Indicador 10A da Meta 10 (educação de jovens e adultos - elevação do percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, meta 25%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 0,00%; v. O Ente está no prazo de atendimento do Acórdão APL-TC 00318/21, referente ao Proc. nº 01129/21, que determinou a correção da falta de aderência observada entre as metas e estratégias do Plano Municipal e o Plano Nacional de Educação;





Resposta: A Comissão de Monitoramento do PME está sendo organizada para atender essa demanda, justifica se que na Comissão anterior estava faltando segmentos de membros, a nova comissão seguirá as orientações para as devidas adequações.

14.1.12 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item IV.

IV – ALERTAR o atual Prefeito do Município de Colorado do

Oeste/RO,

i) quanto à necessidade de observância dos prescritos nos artigos 52 e 53 da Constituição do Estado de Rondônia, c/c Instrução Normativa nº 72/2020, c/c art. 6º, inciso I, alíneas "a" e "e", da Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, quanto ao envio tempestivo e completo das informações, uma vez que neste exercício ocorreram as seguintes situações:

a) envio fora do prazo de balancetes mensais;

Resposta - Os motivos que levaram as remessa fora do prazo é falta de recursos humanos, que só será regularizada com a realização de Concurso Publico, e contratação mais servidor para o setor de contabilidade, que temos apenas uma CONTADORA, para execução da contabilidade da Prefeitura e dos três (03) Fundos Municipais;

b) envio fora do prazo da Prestação de Contas;

Resposta - Os motivos que levaram as remessa fora do prazo é falta de recursos humanos, que só será regularizada com a realização de Concurso Publico, e contratação mais servidor para o setor de contabilidade, que temos apenas uma CONTADORA, para execução da contabilidade da Prefeitura e dos três (03) Fundos Municipais;

c) ausência de avaliação no Relatório do Controle Interno quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na LDO e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Resposta - Já atendido em 01 de Julho de 2022 através do Oficio

Transcrito abaixo;

OFICIO 03/2022 Colorado do Oeste, 01 de Julho 2022

Em atendimento a Solicitação de esclarecimento quanto aplicação de Receitas de Alienação de Bens, referente ao Processo 00804/2022, Subcategoria Prestação de Contas do Exercício de 2021, tendo como relator o eminente Conselheiro BENEDITO ANTONIO ALVES, substituído pelo Conselheiro OMAR PIRES DIAS, viemos apresentar a V.Excia, ESCLARECIMENTOS em nome do SR JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA - CPF N 223.051.223-49, na qualidade de Prefeito do Município de Colorado do Oeste, no exercício de 2021; e em nome





de **Tertuliano Pereira Neto CPF 192.316.011-72**, na qualidade de Controlador Interno do Município de Colorado do Oeste;

Esclarecemos que temos duas contas com destinadas de arrecadar Receitas de Alienação de Bens sendo a 19.583-9 Na Prefeitura Municipal e a conta 21.339-X no fundo Municipal de Saúde.

No Exercício de 2021 a conta 19.583-9 Prefeitura teve a seguinte movimentação:

Demonstração da Receita de Alienação Exercício 2021					
Itens	Debito	Credito	Saldo		
Saldo Anterior			607,46		
Rendimento Exercício		2.235,72	2.843,18		
Indenização Sucata Onerosa – Ferro velho		6.230,00	9.073,18		
Leilão de Bens Moveis.		205.500,00	214.573,18		
Aquisição de Caminhão PIPA no valor de R\$					
503.655,29 Proc. 1275/2021 Empenho	212.000,00		2.573,18		
702/2021- Buriti Caminhões					

No Exercício de 2022 a conta 19.583-9 Prefeitura teve a seguinte movimentação:

Demonstração da Receita de Alienação Exercício 2022							
Itens	Debito	Credito	Saldo				
Saldo Anterior			2.573,18				
Rendimento Exercício		261,37	2.843,18				
Leilão de Bens Moveis.		705.000,00	707.843,18				
Saldo Disponível para Contra partida de			707.843,18				
Aquisição de Bens Moveis							

(incluído agora)

No Exercício de 2021 a conta 21.339-X Saúde teve a seguinte movimentação:

Demonstração da Receita de Alienação Exercício 2021			
Itens	Debito	Credito	Saldo
Receita de Leilão de Bens Saúde		45.300,00	45.300,00
Rendimento Exercício		744,85	46.044,85
Obs: Saldo disponível a ser aplicado no Exercício de 2022			

No Exercício de 2022 a conta 21.339-X Saúde teve a seguinte movimentação:

Demonstração da Receita de Alienação Exercício 2022						
Itens	Debito	Credito	Saldo			
Saldo Anterior			46.044,85			
Rendimento Exercício		4.474,17	50.519,02			
Aquisição de Um Van Proc 2.117/2022 no Valor Total	7.651,26		42.867,76			
de R\$ 285.500,00 valor utilizado R\$ 7.651,26 Emp; n°						
1643/2022						





Obs: Saldo disponível a ser aplicado no Exercício de		42.867,76
2023		

(incluído agora)

Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno

Ao Senhor Marcos Alves Gomes Auditor de Controle Externo TCE Ro

ii) quanto à necessidade de adoção de medidas fiscais, nos termos estabelecidos no artigo 167-A da Constituição da República, uma vez que, no exercício em análise, as despesas correntes superaram o limite de 85% da receita corrente;

Resposta: - O Gestão já editou o Decreto nº 044/2023 confirmado no

link chrome-

 $extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=018356\&extencao=PDF$

iii) quanto à necessidade de revisar a apuração das metas fiscais (resultados primário e nominal) pelas metodologias acima e abaixo da linha, expostas no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional em vigência, de modo a não haver inconsistência na comparação entre os resultados decorrentes dessas metodologias;

Resposta: Concordamos, porem só com a contração de mais servidores poderá resolver a defasagem e sobrecarga com o único servidor no setor de planejamento, que deve ocorrem neste exercicio de 2023.

iv) acerca da possibilidade deste Tribunal emitir parecer prévio pela rejeição das Contas, caso as determinações consideradas "em andamento" constantes dos Acórdão APL-TC 00318/21 (Processo nº. 01129/21), itens III.1, III.2, III.3, VI, alíneas "a" e "b"; APL-TC 00342/20 (Processo nº. 01629/20), itens III.3 e III.4; APL-TC 00303/20 (Processo nº. 01016/19), itens III e IV; não sejam atendidas nos prazos e condições estabelecidos;

Resposta: Todas foram respondidas;

14.1.13 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item V.

V - RECOMENDAR ao atual Prefeito do Município de

Colorado do Oeste/RO, que:

i) identifique e mensure os créditos tributários incobráveis alcançados pelo instituto da prescrição ou decadência;





ii) proceda anualmente à distribuição de ações de execuções

fiscais;

iii) junte em um único processo todas as dívidas do mesmo contribuinte, inclusive as de parcelamentos não cumpridos e autos de infração ou lançamento de tributo, de modo alcançar o valor de alçada para execução fiscal;

iv) proteste o crédito inscrito em certidão de dívida ativa antes de promover o ajuizamento da ação de execução fiscal e inscrever o nome do devedor em cadastros restritivos de crédito, já que estas atividades são menos onerosas aos cofres públicos, mais céleres e bastante eficazes;

v) promova mesa permanente de negociação fiscal;

 vi) nas dívidas de natureza tributária, ajuíze as execuções fiscais de valor igual ou superior ao que for estabelecido como piso antieconômico por Lei ou Decreto municipal,

considerar, para sua fixação, a realidade socioeconômica do município, a natureza do crédito tributário e o custo unitário de um processo de execução fiscal encontrado pelo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, aplicada a correção monetária para atualização do valor em cada exercício; e

vii) estabeleça um mecanismo de controle e acompanhamento das execuções fiscais por intermédio de sistema informatizado, para dar andamento tempestivo aos processos e evitar sua extinção por negligência..

Resposta: Todas esta recomendações do Item V, o setor de Divida Ativa já estão executando deste agosto de 2022, após a contratação de mais servidores, não eram feito por falta de material HUMANO;

14.1.15 - Processo 00804/22 - Acórdão APL-TC 00216/22,

item VI.

VI – DETERMINAR ao atual Prefeito de Colorado do Oeste/RO que realize o levantamento proposto pela unidade técnica da Corte de Contas e ratificado pelo Ministério Público de Contas, em relação à efetividade da gestão da dívida ativa municipal, para subsidiar a apreciação das contas do exercício seguinte (2022), cujo escopo deverá contemplar, no mínimo:

(i) análise da efetividade da recuperação e da inscrição de créditos

em dívida ativa;

Resposta: Satisfatória, porque em pouco espaço de tempo após a contratação de mais servidores para o setor, intensificou as notificações, bem como, parcelamentos e recebimentos.

(ii) informações acerca das ações de cobrança judiciais e extrajudiciais;

Resposta: Para amostragem algumas execuções para subsidiar as informações solicitadas, com consulta direta no TJ RO.

ANO	PROCESSO	NOME	VALOR	RESULTADO
2013	0000701-82.2013.8.22.0012	CARLOS ALBERTO DE	R\$3.630,99	Pago
		SOUZA		
2013	0001419-79.2013.8.22.0012	L. S. VALENTE - ME	R\$ 3.299,95	Parcelado





2017	7001985-64.2017.8.22.0012	CARLOS ALBERTO DE	R\$4.988,86	Pago
		SOUZA		
2017	7001986-49.2017.8.22.0012	LEONARDO RODRIGUES OLIVEIRA	R\$ 714,93	Penhorado R\$777,06. Quitou
2017	7001989-04.2017.8.22.0012	SIDNEI CARO LOPES	R\$ 758,18	Quitou
2017	7001993-41.2017.8.22.0012	JOAQUIM TEIXEIRA MACIEL	R\$ 717,09	Quitou
2017	7001994-26.2017.8.22.0012	ALFREDO SCHWABE	R\$ 427,55	Quitou
2017	7001995-11.2017.8.22.0012	JOSE AMARO DA SILVA	R\$ 674,99	Extinção pelo falecimento
2017	7001996-93.2017.8.22.0012	JOSE FRANCISCO ALONSO	R\$ 7.051,25	Quitou
2017	7001997-78.2017.8.22.0012	ALENCAR KENNEDY DA SILVA	R\$ 10.148,67	Parcelou
2017	7001999-48.2017.8.22.0012	MARCIEL RODRIGUES MENDES	R\$ 631,85	Quitou
2017	7002008-10.2017.8.22.0012	SORAIA ALVES FERREIRA PEREIRA	R\$197.963,24	Recurso
2018	7001770-54.2018.8.22.0012	RAPHAEL ALEXANDRE VIEIRA SALDANHA	R\$ 3.450,35	Quitou
2018	7002283-22.2018.8.22.0012	SILVANA MACIA NOVAIS ROCHA - ME	R\$ 8.650,81	Parcelado em 100x
2018	7002284-07.2018.8.22.0012	SILVIO LUIZ DE ARAUJO ROCHA	R\$ 2.001,34	Extinção pelo cancelamento CDA - nome errado da parte e já falecido
2018	7002285-89.2018.8.22.0012	MARIA GOMES DE FREITAS	R\$ 1.200,43	Quitou
2018	7002286-74.2018.8.22.0012	SIMONI ROCHA	R\$ 8.136,32	Prosseguimento, excluído o ano de 2013
2018	7002287-59.2018.8.22.0012	ROSELI DE LIMA VELOZO	R\$ 1.093,78	Quitou
2018	7002288-44.2018.8.22.0012	OLBERONI PEREIRA DE MEDEIROS	R\$ 2.362,10	Só devia R\$1.202,09. Quitou
2018	7002289-29.2018.8.22.0012	GILLY ROCHA	R\$ 1.626,89	Cancelada CDA
2018	7002290-14.2018.8.22.0012	ABEL MEDEIROS FELIX	R\$ 2.917,07	Quitou
2018	7002291-96.2018.8.22.0012	ARMANDO MOREIRA DA SILVA	R\$ 835,97	Quitou
2018	7002292-81.2018.8.22.0012	VALDENIR LEITE	R\$ 559,45	Quitou
2018	7002293-66.2018.8.22.0012	GEOVANE SOUZA SANTOS	R\$ 925,08	Quitou
2018	7002294-51.2018.8.22.0012	JOAO GOMES CARDOSO	R\$ 1.736,03	Quitou
2018	7002295-36.2018.8.22.0012	RAUL VITORINO DE SOUZA	R\$ 1.309,37	Quitou
2018	7002296-21.2018.8.22.0012	MARCIO FERREIRA DA SILVA	R\$ 772,79	Quitou
2018	7002298-88.2018.8.22.0012	D. S. LOPES & CIA LTDA - ME	R\$ 1.490,32	Quitou
2018	7002299-73.2018.8.22.0012	MARIA LUIZA NUNES DE ARAUJO	R\$ 1.671,33	Quitou
2018	7002300-58.2018.8.22.0012	JOSE ANTONIO SIMOES	R\$ 2.455,28	Quitou
2018	7002301-43.2018.8.22.0012	PEDRO DO NASCIMENTO PEREIRA	R\$ 644,48	Quitou
2018	7002333-48.2018.8.22.0012	ALBERTINA PERLE DA SILVA	R\$ 1.633,01	Quitou
2018	7002334-33.2018.8.22.0012	SANDRA SILVANA ANSILIERO NOGUEIRA	R\$ 1.501,58	Quitou
2018	7002335-18.2018.8.22.0012	ORAIDE LOURDES SCARMOCIN	R\$ 1.846,54	Extinta pelo falecimento antes da citação
2018	7002336-03.2018.8.22.0012	LUCIMARA BUZANELLO	R\$ 4.194,10	Quitou





2018	7002338-70.2018.8.22.0012	ANTONIO MOSQUINI	R\$ 4.768,09	Parcelado 36x
2018	7002339-55.2018.8.22.0012	IBRAHIM WADIH ELIAS AKKARI	R\$ 10.236,22	Extinta pelo falecimento antes da citação
2018	7002340-40.2018.8.22.0012	ROBSON TADEU MENDES SILVA	R\$ 1.057,96	Quitou
2018	7002341-25.2018.8.22.0012	NIVALDO DA COSTA BRITO	R\$ 1.231,80	Quitou
2018	7002342-10.2018.8.22.0012	ARNALDO AKIO TANAKA	R\$ 4.420,35	Quitou
2018	7002343-92.2018.8.22.0012	ODIR JOSE BUZANELLO	R\$ 1.022,38	Quitou
2018	7002345-62.2018.8.22.0012	PAULINO RODRIGUES DA SILVA	R\$ 2.320,79	Quitou
2018	7002346-47.2018.8.22.0012	LOIVO LUIZ KUHN	R\$ 2.972,56	Quitou
2018	7002347-32.2018.8.22.0012	LP SAO PAULO EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 2.135,12	Quitou
2018	7002378-52.2018.8.22.0012	DOIDAO COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - ME	R\$ 2.045,24	Quitou
2018	7002380-22.2018.8.22.0012	ANA DE SOUZA ROCHA	R\$ 1.085,89	Quitou
2018	7002382-89.2018.8.22.0012	SANDRA RODRIGUES DA SILVA BURDZ	R\$ 1.119,66	R\$1.250,63 Quitou
2018	7002385-44.2018.8.22.0012	ILEIDE DE SOUSA COUTINHO LUCIO	R\$ 1.836,48	Quitou
2018	7002386-29.2018.8.22.0012	SANDRA DE LOURDES MIRANDA DIAS	R\$ 596,81	Quitou
2018	7002389-81.2018.8.22.0012	MARLI DE MELO TEODORO	R\$ 975,78	Quitou
2018	7002390-66.2018.8.22.0012	GERALDA CORREA DA SILVA	R\$ 1.856,08	Quitou
2018	7002392-36.2018.8.22.0012	CLOVIS CORREA	R\$ 3.319,65	Quitou
2018	7002393-21.2018.8.22.0012	WALDIR MOREIRA DE MELO	R\$ 1.710,82	Quitou
2018	7002394-06.2018.8.22.0012	WALTER TIAGO HERMSDORFF INOCENCIO	R\$ 873,84	R\$972,13 Quitou
2018	7002398-43.2018.8.22.0012	MARCIA BLAN	R\$ 4.144,86	Quitou
2018	7002400-13.2018.8.22.0012	MARCIANO RODRIGUES SOUZA	R\$ 810,48	Quitou
2018	7002401-95.2018.8.22.0012	JOSE APARECIDO BIBIANO DE OLIVEIRA	R\$ 1.074,64	Quitou
2018	7002402-80.2018.8.22.0012	PAULO SERGIO TRAMONTIN	R\$ 2.528,58	Quitou
2018	7002499-80.2018.8.22.0012	ADAUTO NOTARO	R\$ 20.497,11	Aguardando Penhora
2018	7002500-65.2018.8.22.0012	AJUCEL INFORMATICA LTDA	R\$ 815.555,99	Perdemos o processo.
2019	7003315-28.2019.8.22.0012	MARIA LUCIA SIMÕES DA SILVA	R\$451,80	Quitou
2019	7003274-61.2019.8.22.0012	SERGIO BARBOSA	R\$ 1.421,76	Quitou
2019	7003317-95.2019.8.22.0012	ANTÔNIO ROSA DOS SANTOS	R\$ 322,17	Falecido. Arquivado.
2019	7003316-13.2019.8.22.0012	LAURO CHAGAS	R\$ 265,06	Quitou
2019	7003276-31.2019.8.22.0012	LUIZ BEVENUT ANCHAU	R\$ 891,32	Quitou
2019	7003278-98.2019.8.22.0012	DIONISIO RODRIGUES DE SOUZA	R\$ 1.127,10	Quitou
2019	7003283-23.2019.8.22.0012	MARIA ALICE ANASTACIO	R\$537,55	Quitou
2019	7003251-18.2019.8.22.0012	LUCIANO DALLA VALLE EIRELI-EPP	R\$ 193.994,66	Já tinha pago R\$192.933,02, recebemos só R\$1.061,64. Quitou





2019	7003249-48.2019.8.22.0012	SOELY GARCIA DE LIMA ALVES	R\$ 1.354,81	Quitou
2019	7003250-33.2019.8.22.0012	ALCIM CANDIDO DA SILVA	R\$ 773,06	Quitou
2019	7003200-07.2019.8.22.0012	EBENEZE DA SILVA SANTOS	R\$ 1.399,97	Quitou
2019	7003201-89.2019.8.22.0012	LUCIANE TIZZIANI	R\$ 1.680,36	Penhorado R\$1.698,92
2019	7002792-16.2019.8.22.0012	BANCO DO BRASIL S/A	R\$ 850.836,77	Depositou em juízo
2019	7002389-47.2019.8.22.0012	ESPÓLIO DE ORAIDE	R\$ 1.985,67	Quitou
2017	7002305 17.2015.0.22.0012	LOURDES SCARMOCIN	1.505,07	Quitou
2019	7002388-62.2019.8.22.0012	ESPÓLIO DE SILVIO DE	R\$ 1.694,49	Ouitou
2017	7002300 02.2013.0.22.0012	CASTRO ROCHA	ΙΦ 1.054,45	Quitou
2019	7002387-77.2019.8.22.0012	ESPÓLIO DE IBRAHIN	R\$ 13.457,66	Quitou
2017	7002307 77.2013.0.22.0012	WADIH ELIAS AKKARI	ΙΦ 13.437,00	Quitou
2019	7002386-92.2019.8.22.0012	SCHMOLLER & SILVA	R\$ 1.290,40	Quitou
2017	7002300-72.2017.0.22.0012	LTDA	ΚΦ 1.270,40	Quitou
2019	7002385-10.2019.8.22.0012	LUCIANE TIZZIANI	R\$ 917,76	Penhorado R\$ 776,84
2019	7002384-25.2019.8.22.0012	SILVIA MARIA FERREIRA	R\$ 1.935,87	Quitou
2017	7002304-23.2017.0.22.0012	DE AQUINO OLIVEIRA	ΚΦ 1.755,67	Quitou
2019	7002208-46.2019.8.22.0012	ALDIZIO PEIXOTO DA	R\$ 674,29	Transferir valores
2017	7002200 40.2017.0.22.0012	SILVA	ΙΦ 074,27	Transferit valores
2019		ESPÓLIO DE JOSÉ AMARO	R\$ 538,54	
2017		DA SILVA	14 550,51	
2019	7002211-98.2019.8.22.0012	DOIDÃO COMERCIO DE	R\$ 3.368,24	Prosseguimento
2017	7002211 90.2019.0.22.0012	CONFECÇÕES EIRELI ME	Ιφ 5.500,21	Trosseguimento
2019	7002209-31.2019.8.22.0012	IDEIA FINA COM. DE	R\$ 2.150,76	Quitou
2017	7002209 31.2019.0.22.0012	VESTUÁRIOS LTDA-ME	Ι το 2.150,70	Quitou
2019	7002210-16.2019.8.22.0012	BATISTA E CERQUEIRA	R\$ 1.688,84	Leilão móveis
_017	7002210 10120191012210012	LTDA-ME	114 11000,01	201140 1110 (015
2019	7002207-61.2019.8.22.0012	CLEBERTON LUIZ	R\$ 2.199,78*	Quitou
_017	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	SCARMOCIM	114 2.155,70	Quite a
2020	7001533-49.2020.8.22.0012	ALESSANDRA DE SOUZA	R\$ 807,37	Nome e CPF divergentes, ação extinta.
2020	7001532-64.2020.8.22.0012	MARIA APARECIDA ALBINA	R\$ 1.142,67	Quitou
2020	7001170-62.2020.8.22.0012	TIALITOM JHEIQUES DA	R\$ 3.519,06	Embargou execução
2020	7001170 02.2020.0.22.0012	COSTA DE PAULA	Αφ 5.517,00	Liniourgoù execução
2020	7001169-77.2020.8.22.0012	CENIRA LARA JULIAO	R\$ 3.519,06	Parcelou
2020	7000971-40.2020.8.22.0012	REMARO RECUPERADORA	R\$ 4.955,07	Aguardando penhora
2020	7000771 10.2020.0.22.0012	DE MAQUINAS RONDONIA	1.955,07	riguardando permora
		LTDA - ME		
2020	7000970-55.2020.8.22.0012	PRE-MOLDADOS	R\$ 858,99	Quitou
_0_0	700097000120201012210012	BARBOSA LTDA - ME	114 000,55	Quite a
2020	7000969-70.2020.8.22.0012	THAIS CHASSOT ROCHA	R\$ 3.426,71	Quitou
2020	7000887-39.2020.8.22.0012	BANCO BRADESCO SA	R\$ 843.678,03	Embargou execução
2020	7000464-79.2020.8.22.0012	ROZIMILIA ALVES DE	R\$ 840,77	Quitou
		OLIVEIRA		
2020	7000463-94.2020.8.22.0012	J MARIO CONTABILIDADE	R\$ 1.866,67	Quitou
		LTDA - ME		
2021	7000554-53.2021.8.22.0012	LUIZ DE OLIVEIRA	R\$ 1.952,15	Quitou
2021	7000657-60.2021.8.22.0012	APARECIDO FRANCISCO	R\$ 4.351,76	Quitou
		DA LUZ		
2021	7000844-68.2021.8.22.0012	PATRICIA FERNANDA	R\$ 397,08	Quitou
		MARCELINO DE AQUINO		
2021	7001062-96.2021.8.22.0012	ELIZABETE S. TABALIPA -	R\$ 1.731,47	Quitou





2021	7001072-43.2021.8.22.0012	JOAO MARIA CORDEIRO DA SILVA	R\$ 1.647,03	Penhorou parte
2021	7001073-28.2021.8.22.0012	ZEZITO DE OLIVEIRA	R\$ 870,27	Penhorou parte
2021	7001074-13.2021.8.22.0012	VALDINEIA VIERA DE	R\$ 7.971,84	Penhorou parte
	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	ANDRADE		o same r a para
2021	7001075-95.2021.8.22.0012	LURDES PANISSON	R\$ 3.147,11	Quitou
		STEFANES		
2021	7001081-05.2021.8.22.0012	ESPÓLIO DE EDER	R\$ 6.352,28	Pedido de restrição veículo
		SANTOS RONCARI		e Idaron
2021	7001482-04.2021.8.22.0012	KLEBERSON DA SILVA	R\$ 311,21	Penhorou 151,48
		PIO		
2021	7001483-86.2021.8.22.0012	RENILDO DE SOUZA	R\$ 810,79	Parcelou
2021	7001558-28.2021.8.22.0012	ALENCAR KENNEDY DA	R\$ 11.102,36	Penhorou 123,01
2021	7001740 72 2021 0 22 0012	SILVA	D. C. 0.57. 0.7	D 1
2021	7001749-73.2021.8.22.0012	CORINTO VITORINO DE	R\$ 6.057,27	Parcelou
2021	7001750-58.2021.8.22.0012	SOUZA CLARINDA ROSA DE LIMA	R\$ 1.047,02	Parcelou 10x
2021	/001/30-38.2021.8.22.0012	CLARINDA ROSA DE LIMA COSTA	K\$ 1.047,02	Parcelou Tox
2021	7001751-43.2021.8.22.0012	PAULO RICARDO	R\$ 1.126,59	Falta citação
2021	7001731-43.2021.8.22.0012	FERREIRA DE FREITAS	K\$ 1.120,39	Tatta Citação
2021	7001752-28.2021.8.22.0012	CLEIDISSON DA SILVA	R\$ 1.075,54	Quitou
2021	7001732 20.2021.0.22.0012	MOREIRA	1.075,51	Quitou
2021	7001753-13.2021.8.22.0012	SERGIO DE OLIVEIRA	R\$ 1.820,92	Penhorou
2021	7001754-95.2021.8.22.0012	VALTER MARTINS	R\$ 1.343,31	Parcelou 10x
2021	7001755-80.2021.8.22.0012	DONIZETE GREGORIO DA	R\$ 812,47	Quitou
		SILVA		
2021	7001756-65.2021.8.22.0012	CIPRIANO CANTUARIA	R\$ 2.349,86	Quitou
		MARTINS		
2021	7001757-50.2021.8.22.0012	WEVERTON RENATO	R\$ 2.684,29	CDA cancelada - erro
		MACHADO SANTOS		
2021	7001758-35.2021.8.22.0012	LEONARDO RODRIGUES	R\$ 1.168,27	Penhora veículos +
		OLIVEIRA		teimosinha
2021	7001773-04.2021.8.22.0012	FELICITA FESTAS	R\$ 1.265,18	Pagou parcial
		COMERCIO DE		administrativo
2021	7001896-02.2021.8.22.0012	EMBALAGENS EIRELI L. BUZANELLO	R\$ 7.049,37	Parcelou em 36x
2021	/001890-02.2021.8.22.0012	COMERCIO DE	K\$ /.049,3/	Parcelou em 36x
		ALIMENTOS - ME		
2021	7001897-84.2021.8.22.0012	MARCIA JOVANI DE	R\$ 1.552,40	Parcelou em 12x
2021	7001037 04.2021.0.22.0012	OLIVEIRA	ΚΦ 1.332,40	Turcolou ciii 12X
2021	7002037-21.2021.8.22.0012	ALDAIR CRUZ	R\$ 1.630,50	Cancelou CDA
2021	7002263-26.2021.8.22.0012	RIBEIRO & BRITO LTDA	R\$ 850,31	Falta citação
2022	7000339-43.2022.8.22.0012	J. V. D. S. B. e outros	R\$ 3.959,35	Bloqueio + Parcelou
2022	7000340-28.2022.8.22.0012	GILBERTO FERNANDES	R\$ 818,54	Parcelou 5x
		PAIXAO		
2022	7000341-13.2022.8.22.0012	IDALINA JOSE DE	R\$ 794,86	Quitou antes da citação
		MORAES		
2022	7000483-17.2022.8.22.0012	ALIENE C. DE CERQUEIRA	R\$ 133,50	Quitou antes da citação
		- ME		
2022	7001344-03.2022.8.22.0012	ELIAS RAFAEL DE SOUZA	R\$ 1.810,70	Citação
2022	7001345-85.2022.8.22.0012	GESSI AFONSO AMARAL	R\$ 1.253,72	Parcelou 5x
2025	5001046 50 0000 6 77 77 77	RODRIGUES	D 0 1 101 5 5	D 1 40
2022	7001346-70.2022.8.22.0012	MARIA JOSE DE BRITO	R\$ 1.484,06	Parcelou 10x
2022	7001347-55.2022.8.22.0012	LAIDE ROSENO DE	R\$ 1.617,43	Parcelou 12x
		OLIVEIRA		





2022	7001354-47.2022.8.22.0012	ODORICO APARECIDO DA SILVA	R\$ 10.798,60	Parcelou?
2022	7001554-54.2022.8.22.0012	GERALDO CONTE	R\$ 2.232,13	Quitou
2022	7001647-17.2022.8.22.0012	CLECI MARIA DA ROCHA	R\$ 1.231,32	Citação
2022	7001738-10.2022.8.22.0012	DAMIAO FERREIRA DE	R\$ 2.590,67	Citação
2022	7001738-10.2022.8.22.0012	MAGALHAES	K\$ 2.390,07	Citação
2022	7000002-90.2022.8.22.0000	LUIZ DE LIMA COSTA	R\$ 3.354,09	Citação
2022	7000002 70.2022.8.22.0000	SIMONE ZAMPIERON	R\$ 1.285,29	Citação
2022	7000003 73.2022.8.22.0000	VANDA BATISTA	R\$ 2.597,21	Citação
2022	700004 00.2022.0.22.0000	BARBOSA	ΙΦ 2.377,21	Chação
2022	7000005-45.2022.8.22.0000	ADAUTO NOTARO	R\$ 21.168,22	Citação
2022	7000011-52.2022.8.22.0000	VANUSA APARECIDA	R\$ 2.268,91	Citação
		MALDI PESSOA		
2022	7000012-37.2022.8.22.0000	NELIO RANIELI FERREIRA	R\$ 1.503,97	Quitou
		DE PAULA		
2022	7000016-74.2022.8.22.0000	DARCI NEVES DOS	R\$ 2.683,07	Citação
		SANTOS		
2022	7000018-44.2022.8.22.0000	N. J. ALVORADA MOREIRA	R\$ 4.264,92	Citação
		COMERCIO DE GENEROS		
		ALIMENTICIOS E		
		TRANSPORTE LTDA - ME		
2022	7000021-96.2022.8.22.0000	DOIDAO COMERCIO DE	R\$ 1.829,07	Citação
		CONFECCOES EIRELI - ME		
2022	7000026-21.2022.8.22.0000	APARECIDO BATISTA	R\$ 1.186,42	Citação
		SANTANA		
2022	7000031-43.2022.8.22.0000	GILLY ROCHA	R\$ 452,08	Cancelou CDA
2022	7000484-38.2022.8.22.0000	MARIA ROSANGELA DA	R\$ 1.219,05	Quitou
		SILVA	20001	
2022	7000485-23.2022.8.22.0000	RIVONEIDE DA PENHA	R\$ 1.329,34	Parcelou em 10x
2022	7000407 00 2022 0 22 0000	PEREIRA	DΦ 000 20	G 1 GD.
2022	7000487-90.2022.8.22.0000	AMELIA LOBATO LIMA	R\$ 808,29	Cancelou CDA
2022	7000489-60.2022.8.22.0000	MARCO RODRIGO DE SOUZA	R\$ 1.649,93	Pedi penhora
2022	7000502-59.2022.8.22.0000	ADAO DAVID PEREIRA	R\$ 1.491,61	Novo endereço
2022	7000505-14.2022.8.22.0000	VALDEIR PAULINO DA	R\$ 1.063,96	Novo endereço
2022	7000303-14.2022.8.22.0000	SILVA	K\$ 1.005,90	Novo elidereço
2022	7000589-15.2022.8.22.0000	SERGIO BARBOSA	R\$ 845,09	Novo endereço
2022	7000590-97.2022.8.22.0000	PAULO MAULAZ	R\$ 1.618,37	Novo endereço
2022	7000591-82.2022.8.22.0000	JOSE AUGUSTO MELLO DE	R\$ 1.122,04	Novo endereço
2022	7000371-02.2022.0.22.0000	SOUZA SOUZA	ΙΦ 1.122,04	14040 chacreço
2022	7000592-67.2022.8.22.0000	PAULO SERGIO	R\$ 1.228,74	Quitou
2022	7000392 07:2022:0:22:0000	GONCALVES	110 1.220,7	Quiteu
2022	7000593-52.2022.8.22.0000	SILVANIA SCHMOLLER	R\$ 946,95	Parcelou em 10x
		SILVA		
2022	7000602-14.2022.8.22.0000	BALBINOT & BALBINOT	R\$ 1.354,20	Pedi penhora
		COMERCIO DE CALCADOS		1
		LTDA - EPP		
2022	7001099-28.2022.8.22.0000	MARLEI TELES DA SILVA	R\$ 1.093,86	Parcelou em 12x
2022	7001103-65.2022.8.22.0000	ARCENDINO PEREIRA DA	R\$ 911,17	Quitou
		SILVA		
2022	7001107-05.2022.8.22.0000	LUZIA RODRIGUES DE	R\$ 2.151,07	Citação
		SOUZA FALCO		
2022	7002849-65.2022.8.22.0000	OLEA GOES DE OLIVEIRA	R\$ 2.384,67	Citação
2022	7002856-57.2022.8.22.0000	MARIA PAIDA SOARES	R\$ 1.959,17	Citação
2022	7002861-79.2022.8.22.0000	JOSIANE DE SOUZA	R\$ 835,93	Citação
		RODRIGUES		





2022	7002927-59.2022.8.22.0000	ELIZETE ALVES DE PAULA	R\$ 2.938.32	Citação
2022	7002930-14.2022.8.22.0000	HILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA	R\$ 1.833.84	Parcelou em 12x
2022	7002932-81.2022.8.22.0000	JOSE RAIMUNDO	R\$ 1356.77	Citação
2022	7002933-66.2022.8.22.0000	JOVANE RIBEIRO DA COSTA	R\$ 817.44	Citação
2022	7002935-36.2022.8.22.0000	BATISTA MATOS FERNANDES	R\$ 2.944.98	Despacho
2022	7002937-06.2022.8.22.0000	EDRIANA BARBOSA SALES	R\$ 985.68	Citação
2022	7002938-88.2022.8.22.0000	VALDEIR ROCHA ABREU	R\$ 651.33	Despacho
2022	7002940-58.2022.8.22.0000	DIVINO LEMES DA SILVA	R\$ 1302.60	Despacho
2022	7002954-42.2022.8.22.0000	ESPOLIO DE AMARILDO LEMOS DOS SANTOS	R\$ 719.04	Citação
2022	7003153-64.2022.8.22.0000	MEMA - MECANICA MARILIA LTDA - ME	R\$ 7282.54	Despacho
2022	7003155-34.2022.8.22.0000	MARCIONEDES DE SOUZA	R\$ 1381.06	Citação
2022	7003157-04.2022.8.22.0000	WESLEY DE SOUZA COSTA	R\$ 789.43	Despacho
2022	7003159-71.2022.8.22.0000	LUIZ CARLOS MEIRELES	R\$ 1000.27	Citação
2022	7003161-41.2022.8.22.0000	ERNESTA DO NASCIMENTO HARDT	R\$ 1396.98	Citação
2022	7003162-26.2022.8.22.0000	ZILDA JUSTINA DE SOUZA	R\$ 823.95	Citação
2022	7003164-93.2022.8.22.0000	ROZELI DE SOUZA DA CONCEICAO	R\$ 755.66	Citação
2022	7003166-63.2022.8.22.0000	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	R\$ 1735.06	Citação
2022	7003168-33.2022.8.22.0000	MARIA BERNADO DE OLIVEIRA	R\$ 3736.99	Citação
2022	7003536-42.2022.8.22.0000	LEDINALVA VIANA DOS SANTOS	R\$ 2255.62	Despacho
2022	7003540-79.2022.8.22.0000	VALDENIR VOLPATTO GUARNIERI	R\$ 1160.85	Despacho
2022	7003593-60.2022.8.22.0000	JOAO BATISTA FERNANDES	R\$ 1295.4	Despacho
2022	7003594-45.2022.8.22.0000	MARILZA LUIZ ARAUJO	R\$ 870.59	Despacho
2023	7001448-94.2023.8.22.0000	ALAN ROJAS RODRIGUES	R\$ 2.684.40	Citação
2023	7001454-04.2023.8.22.0000	IVONE DEUNIZIA DE OLIVEIRA	R\$ 2.640.77	Citada
2023	7001458-41.2023.8.22.0000	DEUSENI MARIA JESUS MACHADO	R\$ 2.365.10	Citação

(iii) análise da adequabilidade do gerenciamento do crédito e implementação de melhorias em relação à gestão da dívida ativa;

Resposta: Satisfatória, porque em pouco espaço de tempo após a contratação de mais servidores para o setor, intensificou as notificações, bem como, parcelamentos e recebimentos.

(iv) análise quanto à existência de descumprimento aos preceitos de responsabilidade fiscal, em função da perda de recursos por meio da prescrição, da omissão na cobrança dos créditos ou de falhas de registro;





Resposta: O Gestor intensificou as cobranças após a contratação de mais servidores para o setor, que só foi possível após a realização de concurso publico, adequação do setor, aumento das notificações com maior retorno no recebimentos dos créditos, aquardamos no próximo exercicio melhor resultado.

15 - Recomendações

15.1- Recomendamos ao gestor Municipal que, procure administrar o orçamento público valendo-se do conservadorismo, evitando os excessos de entusiasmo e de valorizações, de forma a buscar e manter equilíbrio entre despesas e as receitas, em virtude da constante queda do FPM que é a principal fonte de receita. A queda dos repasses ao Fundo, ocorrida neste ano, foi provocada pelas perdas de receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), as duas principais fontes de receita do FPM e a redução do índice do repasse do ICMS em consequência da situação de calamidade publica;

15.2- Recomendamos ao gestor Municipal, que reestrutura o setor de arrecadação, com pessoal e equipamentos necessario para o bom desempenho as funções inrente ao setor e desenvolva estudos que permitam adotar um conjunto de medidas que viabilizem aumentar a arrecadação municipal decorrente da atividade tributária, principalmente a Recuperação Dividas Ativa, afim de evitar a **Decadencia** e posterior **Prescrição**.

15.2.1 — Recomendamos ao Gestor Municipal da necessidade de cumprimento das **Determinações** e **Recomendações** expedidas pelo Tribunal de Contas, acerca da possibilidade de emissão de juizo desfavorável a aprovação de sua prestação de contas de governo futura e sob pena de ser penalizado por inercia no descumprimento de uma determinação do Tribunal de Contas.

16 - Conclusão

Pelas análises realizadas, evidenciamos que de forma geral a Prefeitura Municipal cumpriu e vem cumprindo a legislação vigente, em especial o processamento da despesa e as normas legais quanto às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais, pelo que opinamos pela Regularidade com Ressalva dos atos praticados e emitimos o Certificado de Auditoria que acompanha este Relatório.

É o Relatório, Colorado do Oeste-Ro., 22 de Março de 2023.





CERTIFICADO REGULARIDADE

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-Ro. Prestação de Contas Exercício de 2022

A Controladoria Geral do Município de Colorado do Oeste Ro, é de opinião pela Certificação de Regularidade com Ressalva das Contas Chefe do Executivo Municipal, atinentes ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do Senhor Jose Ribamar de Oliveira.

A administração observou os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como, as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do município e o cumprimento da gestão fiscal e,

Que as demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, composta pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, exceto pelas algumas situações descritas nos itens 14..., que não foram conclusa do Relatório de Auditoria representam a situação em 31.12.2022 os Resultados Orçamentários, Financeiro e Patrimonial relativo ao exercício encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade do setor público.

Colorado do Oeste - Ro, 23 de Março de 2023.

Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno

PARECER DE AUDITORIA.





ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-Ro. Prestação de Contas Exercício de 2022

Analisamos o processo de Prestação de Contas, do exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO e certificamos que a mesma contém todas as peças exigidas pela Instrução Normativa n. º 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatado ato ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa, apenas algumas determinação de acordão da Corte de Contas que ainda não foram cumprida em sua totalidade em virtude da falta de recursos humanos e normativas.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no relatório da Prestação de Contas Anual, somos de parecer pela Regularidade com Ressalvas das Contas Anuais de Responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito Jose Ribamar de Oliveira.

Colorado do Oeste - Ro, 22 de Março de 2023.

Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno.

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR.

Em atendimento a Instrução Normativa nº. 007/2000 e Lei Complementar n.º 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado





conhecimento da Prestação de Contas e do Relatório da Unidade de Controle Interno, do exercício de 2021 que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle Interno, determino aos Secretários que:

- a) Seja acompanhado com maior rigor, a execução orçamentária afim de manter o equilíbrio orçamentário evitando Déficit na execução e procurar a acompanhar e executar as ações previstas PPA x LDO x Orçamento, para que possam ser todas realizadas na medida das disponibilidades financeira na forma da Lei;
- b) De conhecimento nas determinações e recomendações do Tribunal de Contas, que faça pronunciamento a respeito no prazo de 18 0(cento e oitenta) dias das ações efetivamente realizada no sentido de sanar as divergências por ventura existir ou efetuar pedido de prorrogação de prazo;
- c) Cumpra as recomendações de reestruturações dos setores carente de infraestrutura para desempenho de suas atividades fins;

Dê ciência a todas as secretarias desta Prefeitura, para as providências necessárias na elaboração dos novos instrumentos de planejamento Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, procure definir as metas fisicas, metas financeiras informação clara quanto a unidade de medidas para avaliação das ações, certificação dos objetivos propostos com o resultados esperados, para melhor elaboração dos relatorios de gestão.

Publique-se na forma da Lei.

Encaminhe-se a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controlador Interno, Certificado e Parecer.

Colorado do Oeste-Ro, 22 de Março de 2023

Jose Ribamar de Oliveira Prefeito Municipal





Código	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Metas Fís	sico-Pre	vista				Execu	ıtadas por A	no
C	,		MED	PPA20	22 a 20	25				LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
12.122.2.042	Atividade da Sec. Mun, Educ. e Cultura			140.000,00			144.842,58			136.713,73		
12.306.2.051	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEC		Refei ções	75.000,00			85.000,00			73.221,52		
12.306.2.050	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEP		Refei ções	72.000,00			102.000,00			94.175,75		
12.306.2.049	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEF		Refei ções	210.000,00			514.912,19			496.973,53		
12.306.2052	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAE - EJA			10.000,00			10.000,00			0,0		
12.306.2053	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAE/AEE			10.000,00			10.000,00			6.567,91		
12.361.2.043	Ativ. Prog. Educ. Resistências a Drogas		Und	20.000,00			0,0			0,0		
12.361.1.025	Obras Melhorias Unid. Escolar		UND	700.135,00			2.297.303,60			1.006.346,20		
12.361.1.027	Aquis. De Veiculo mde Transp Col. Passageiros.		UND	20.000,00			525.000,00			525.000,00		
12.361.1.028	Mod. Tecnológica nas Escolas Red. Mun.		Equip	124.470,63			69.772,58			38.530,04		
12.361.1.029	Const. E Obras Melhorias Q. P.Esportivas Nas Escolas			20.000,00			0,0			0,0		
12.361 2.054	Ativ. Transporte Escolar		UND	2.710.000,00			3.825.215,27			3.753.903,99		
12.361.2.042	Ativ. Secretaria Mun. Educação			1.697.122,84			1.537.409,48		·	1.490.281,66		
12.361.2.048	Ativ. Prog. Salário Educação		UND	280.000,00			280.000,00			159.723,63		
12.361.2.044	Ativ. Ens. Fundamental		Alunos	8.088.759,39			12.942.257,5			12.209.308,54		
12.361 2.056	Firmar Conv. E Parc. APAE			78.770,64			78.770,64			78.770,64	_	
12.361 2.047	Ativ. Educ. Especial APAE		UND	41.000,00			23.500,00			21.577,29		
12.361 2.055	Ativ. Conselho Municipal Educação			123.000,00			84.904,60			79.209,64		
12.361.2.057	Ativ do Atend Educ. Especializado.		Und	45.000,00			3.000,00			0,0		





12.365.2.045	Atividade do Ens. Infantil Pre Escolar	1.424.000,00	1.929.525,39	1.864.664,98	
12.365.1.026	Const. E Obras d Melhorias C. E Pre Esc.	40.000,00	0,0	0,0	
12.365.2.046	Atividade do Ens. Inf. Creche.	2.261.000,00	2.626.000,00	2.476.991,33	
12.365.2.048	Ativ. Do Prog. Salario Educação	120.000,00	144.938,66	55.205,60	
12.365.2.054	Ativ. Transporte Escolar	10.000,00	10.000,00	8.747,76	
13.392 2.058	Aqui. Acervo de Liv. Biblioteca.	7.544,35	7.544,35	0,0	
13.392 2.059	Ativ. Política Desenv. Cultura	111.000,00	31.000,00	18.340,00	
TOTAL		18.438.802,85	27.282.896,90	24.594.253,74	

Obs: Azul ações do PPA 2022/2025 falta informações das metas físicas.

Colorado do Oeste RO, 22 de Março de 2023. Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno.

	DEMONSTRATIVO DA	AS MET	AS FISIC	AS E FISCA	IS POR AÇ	ÕES SECF	RETARIA MU	INICIPAI	DE INFR	AESTRUTUR	A		
Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PRO	UND.	Metas	Metas Físico-Prevista –			Metas Físico-Prevista			Executadas por Ano		
		D.	MED.	PP	A 2022 A 20)25	LDO	2022 a 20)25	LOA	LOA	LOA	
					2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	
09.782 1.018	Const. De Gal. Pontes e			10.000,00			0,0			0,0			
	Bueiros												
09.782 2.039	Rec. E Manut. Gal. P. e		UND	430.000,00			670.000,00			668.832,03			
	Bueiros												
09.782.2.040	Rec. E Man. Est. Vicinais.		M^2	900.000,00			1.434.086,43			1.086.672,58			
10.122.1.024	O. Melhoria no Cemitério		M^2	30.000,00			3.914,00			3.250,00			





10.122.2.032	Firmar Convênio e Parc.		83.126,57	0,0	0,0	
	com ASS e COOP.					
10.122.2.036	Ati. Sec. Mun. De O. E S.	UND	48.000,00	43.391,78	43.391,78	
	Public					
10.451.1.013	Const. Ciclovias	M ²	10.000,00	0,0	0,0	
10.512.1.014	Imp. De Esgoto Sanitário.	UND	10.000,00	0,0	0,0	
10.512.1.017	Can. Dren. De Igarapé e	Serviço	10.000,00	0,0	0,0	
	C.Agua.					
10.751.2.038	Man. Rede Iluminação	Serviço	250.000,00	1.453.744,87	1.369.574,37	
	Publica					
10.752.1.021	Ampliação R. Ilum.	UND	10.000,00	0,0	0,0	
	Pública.					
10.781.1.023	O. Melhorias Aeroporto	UND	10.000,00	0,0	0,0	
	Municipal					
10.782.1.011	Ampliação de Vias Urbanas		10.000,00	10.000,00	10.000,00	
10.782.1.015	O. Melhorias Term. Rodoviário	M	10.000,00	0,0	0,0	
10.782.1.016	Const. Calçadas e Meio Fios	M	35.000,00	0,0	0,0	
10.782.1.019	Aq. Veic. M. Equip. Rodoviário	M	100.000,00	0,0	0,0	
10.782.1.020	Dren. E Pav. Asf. Vias Urbanas	%	10.000,00	15.154.600,24	15.144.416,94	
10.782.2.037	Rec. Asf. Tapa B. Vias Urbanas.	UND	175.000,00	38.696,98	0,0	
10.782.2.041	Rec. Conservação Vias Urbanas.	M	250.000,00	250.000,00	248.533,49	
10.813.1.012	Rec. Man. E Ver. De P. Publicas.	UND	20.000,00	1.773.694,55	1.655.554,23	
22.122.2.036	Ativ.Sec. M. Infraestrutura	KM	1.962.000,00	3.860.537,61	3.689.294,61	
23.122.2.036	Ativ.Sec. M. Infraestrutura	UND	5.000,00	0,0	0,0	
25.122.2.036	Ativ.Sec. M. Infraestrutura	M	2.375.000,00	2.607.000,00	2.603.483,58	
	Total		6.753.126,57	27.299.666,46	26.523.003,61	

Azul ações do PPA 2022/2025.

Colorado do Oeste RO, 22 de Março de 2023. Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Metas Físic	ca -Previ	sta –	Metas F	físicas/Prev	istas-	Execu	ıtadas por A	no
			MED.	PPA 20)22 A 20	25	LDO	2022 A 20	25	LOA	LOA	LOA
					2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
10.122.2.064	Aquis. Veiculo Leve Executivo			10.000,00			10.000,00			3.360,09		
10.122.2.075	Ativ. Enfrent. Emerg. Saude			375.000,00			1.434.237,10			1.428.121,95		
10.301.1.002	Aquis. Veic. P/Executivo		UND	60.000,00			277.848,74			277.848,74		
10.301.1.019	Aquis. Veic. Pes/Maq. E Equip			0,0			500.000,00			0,0		
10.301.1.032	Const. Unid. De Saude			10.000,00			10.000,00			0,0		
10.301.1.034	Aquis. Veic. Emerg. Ambulância.		Und	5.000,00			604.321,00			525.755,49		
10.301.2.066	Ativ. Assist. Farm. Básica			485.000,00			571.728,83			530.645,89		
10.301.1.035	Obras Melhorias Unid. Saude			35.000,00			35.000,00			0,0		
10.301.2.064	Ativ. Da Sec. Mun. Saúde.			684.053,60			1.198.801,29			1.086.735,90		
10.301.2.067	Ativ da Atenção Primária		Atendimen to	2.000.602,35			4.031.612,75			3.686.238,12		
10.301.2.068	At. Prog. Saúde da Família PSF		Famílias.	592.000,00			704.134,69			694.974,82		
10.301.2.070	At. Prog. Ag. Com. De Saúde.		População	1.457.090,00			2.132.805,67			2.121.496,72		
10.301.2.069	At. Prog. Saude Bucal		População	92.140,00			40.140,00			10.705,45		
10.301.2.071	At.Cons. Mun. Saude CMS		,	5.000,00			5.000,00			715,92		
10.302.1.033	Aquis. Equip Hospitalar		População	93.000,00			0,0			0,0		
10.302.2.072	MAC- Atend. Emerg. Hospitalar		População	7.766.320,99			11.905.394,20			11.080.379,34		
10.303.2.073	Centro Asist. Psico Social CAP I		PACIENTE	217.000,00			188.041,65			169.212,60		
10.304.2.065	Vigilância Sanitária		Programas	20.000,00			20.000,00			10.122,08		
10.305.2.074	Vig. Em Saúde Epidem. Ambiental		Programas	287.270,00			266.388,15			246.515,27		
10.302.1.036	O. Melhoria Hospital Municipal			33.000,00			1.547.515,01			1.476.534,05		
	TOTAL			14.227.476,94			25.482.969,08			23.349.362,43		

^{*} Azul ações do PPA 2022/2025.





Cod.	DEMONSTRAT PROGRAMAS/AÇÕES	PRO	UND.		0			nanceiras/F			cutadas por	Ano
	,	D.	MED.				LD	O 2022 a 20)25	LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
02.122 1.002	Proj. Aquisição Veiculo.			20.000,00			404.400,00			404.400,00		
02.122 1.003	O. de Melhorias Tiro de Guerra.		Serviços	10.000,00			0,0			0,0		
02.122 2.002	Ativ. Gabinete do Prefeito		Und	110.000,00			92.300,00			85.408,00		
02.122.2.003	Ativ. Do Tiro de Guerra.		%	89.700,00			76.000,00			69.087,09		
02.181.2.077	F. Conv. E Parc. Com Orgão			10.000,00			30.000,00			30.000,00		
03.122.1.004	Imp. E Mod. Da Sinalização Horizontal.			70.000,00			303.215,25			300.342,25		
03.122.2.004	Ativ. Da Coord. Mun. De Transito			20.000,00			5.000,00			4.000,00		
22.122 2.002	Ativ. Gabinete do Prefeito			465.300,00			476.500,00			423.615,89		
25.122 2.002	Ativ. Gabinete do Prefeito											
TOTAL				1.800.000,00			2.802.868,46			2.648.945,79		

Azul ações do PPA 2022 a 2025.

Colorado do Oeste RO,22 de Março de 2023.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Metas F	ísico-Pre	vista	Metas Fi	inanceiras/F	Previstas	Exe	cutadas por A	Ano
			MED.	PPA 2	2022 A 2	025	LDO) 22022 a 2	2025	LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024		2023	2024	2022	2023	2024
04.123 2.005	Ativ. Sec. Adm. Plan.		Serviço	495.000,00			880.000,00			734.288,20		
0= 100 0 000	Finanças			10.000,00			0.0			0.0		
07.122.2.032	Firmar Conv. E Parc. Ass. E Coop.			10.000,00			0,0			0,0		
07.122.2.076	Firmar Conv. E Parc. Inst. Sist. "S"			50.000,00			0,00			0,0		
08.121.1.002	Aquis. Veiculo P/Exec			0,00			394.700,00			393.700,00		
08.122.1.005	Ind. E Aquis. De Áreas Serv. Publico.		Und	10.000,00			0,00			0,0		
22.123 2.005	Ativ. Sec. Adm. Plan. Finanças			1.798.000,00			1.917.857,29			1.852.528,83		
23.846.0001	Sent. Jud. Em Precatórios			10.000,00			0,00			0,0		
23.846.2.006	Sentenças Judiciais			200.000,00			228.738,71			227.159,50		
24.843.0002	Serv. Da Div. Interna			97.000,00			148.106,80			148.106,80		
25.123 2.005	Ativ. Sec. Adm. Plan. Finanças			1.830.000,00			2.423.711,40			2.402.026,55		
99.999	Reserva de Contingência.			566.671,92			0,0			0,0		
				5.066.671,92			5.993.114,20			5.757.809,88		
TOTAL												

Azul ações do PPA 2022/2025.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Metas F	ísico-Prev	vista	Metas Fi	nanceiras/l	Previstas	Exe	cutadas por .	Ano
			MED.	PPA2	022 A 20	25	LDO) 2022 a 2	025	LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024		2023	2024	2022	2023	2024
05.122 2.008	Ativ. Sec. Mun. Desenv. A. Social		Und	28.540,00			26.140,00			25.768,96		
05.242.2009	Ativ. Do Prog. PCD			4.500,00			104.500,00			100.000,00		
05.242.2025	Ativ. Do Prog. BPC na Escola			1.560,00			1.560,00			0,0		
05.243.1.002	Aqui. Veic. Leves			0,0			178.592,80			116.350,00		
05.243.1.006	O. Melhoria Centro Com da Inf e Adolescente			30.000,00			374.583,00			330.771,25		
05.243.1.007	O. Melhoria Centro Com da Inf e Adolescente			15.000,00			4.000,00			3.576,40		
05.243.2.016	Serv. Acolh. Inst. p/Crian. E Adolescente			36.600,00			36.600,00			29.726,82		
05.243.2.017	Atividade da Guarda Mirim			100.000,00			47.817,00			41.048,40		
05.243.2019	Ativ. Conselho Tutelar			10.000,00			0,0			0,0		
05.243.2.063	Firmar Conv. PJ e MP			25.480,63			25.480,63			25.480,51		
06.241.1.008	O. Melhoria Centro Convivência.			10.000,00			5.000,00			0,0		
06.241.2.007	Firmar Conv. E Parc C/Ent. Filantrópica.			30.000,00			63.600,00			60.000,00		
06.244.2.010	Ativ.Serv. Conv. Fort. Vinc. SCFV			107.370,46			256.966,19			232.378,17		
06.244.2.011	Ativ. F. M. A. Social			60.000,00			60.000,00			46.049,00		
06.244.2.012	Atividade do PAIF			31.000,00			90.460,79			75.655,35		
06.244.2.013	Ativ. Ind. Gest. Descentralizada			29.100,00			88.631,29			69.929,95		
06.244.2.014	Ativ. IGDSUAS			14.550,00			18.255,48		<u> </u>	9.381,97		
06.244.2.018	Atividades do C R EA S			120.000,00			344.901,67			314.621,26		
06.244.2.021	Ativi. Programa Criança Feliz			18.000,00			28.961,85			12.359,74		





25.243.2.019	Ativ. Conselho Tutelar	144.000,00	159.000,00	152.687,72	
25.122.2.008	Ativ. Com. Mun. A. Social Ativ. Com. Mun. A. Social	1.633.200,00	2.097.000,00	1.998.410,65	
22.243.2.019 23.122.2.008	Ativ. Conselho Tutelar Ativ. Com. Mun. A. Social	45.500,00 10.000,00	28.700,00	17.499,13	
22.243.2.015	Ativ. Do C.M.D.C.A	37.570,63	135.136,23	97.279,36	
22.122.2.026	Ativ. Com. Mun. A. Social	1.350,00	1.350,00	0,0	
22.122.2.008	Ativ. Sec. Mun. Desenv. A. Social	429.000,00	666.681,37	494.903,95	
06.482.2.020	FHIS-Fund. De Hab. De Int. Social	30.000,00	27.750,00	0,0	
06.244.2.076	Firmar Conv. E Parc. Inst. Integrante S. S	10.000,00	10.000,00	0,0	
06.244.2.024	Ativ. Beneficios Eventuais	10.000,00	33.467,51	10.754,41	
06.244.2.023	Programa Mamãe Cheguei	5.700,00	14.449,80	12.355,38	
06.244.2.022	Ativi. Programa Criança Feliz +	8.400,00	17.226,91	12.309,76	

Azul ações do PPA 2022/2025.

Colorado do Oeste RO, 22 de Março de 2023.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES					Metas Fi	nanceiras/P	revistas	Exe	cutadas por A	Ano	
	,	D.	MED.	PPA	2022 A 2	2025	LD	O 2022 a 20	025	LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
07.122 1.002	Proj. Aquisição Veiculo						209.688,89			208.950,00		
07.122 1.009	O. Melhorias P. Exposição						1.873,43			0,0		
07.122 2.032	Firm. Conv. E Parc. Assoc. e Coop.						68.126,57			67.369,63		
07.122 2.034	Firm. Conv Asscocol						150.000,00			149.640,00		
07.122 2.076	Firm. Conv. E Parc. Inst. Integrante.						60,00			0,0		
07.542 2.029	Ativ. Sist. Consorcio Int. Mun						108.940,00			85.782,00		
07.543 2.033	Ativ. Rec. E Cons. M. Ciliares.						21.000,00			19.921,08		
07.605 1.010	O. Melhorias B. Feira Municipal						5.000,00			4.420,00		
07.605 2.031	Ativ. Pol. Desinvol. Rural						706.791,21			642.155,50		
07.608 1.019	Aquis. Veic. ,Paq. E Equip Rodov.						83,33			0,0		
07.608 1.019	Ativ. Viveiro Municipal						25.005,80			21.466,29		
08.452 2.030	Ativ. Politica Desenvolvimento Urb						30.000,00			28.395,95		
15.695 2.035	Ativ. E Politica Desenv. Do Turismo						42.900,00			42.320,33		
22.122 2.027	Ativ. Sec. Des. Rural						378.705,46			266.804,48		
25.122 2.027	Ativ. Sec .Desenvolvimento Rural						632.392,73			627.705,15		
TOTAL							2.380.567.42			2.164.930,41		

Azul ações do PPA 2022/2025.

Colorado do Oeste RO, 22 de Março de 2023





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PRO	UND.	Metas	Físico-Pre	vista	Metas	Financeiras/Pre	evistas	Exect	ıtadas por .	Ano
		D.	MED.	PPA	2022 A 2	025	Ll	DO 2022 a 202	5	LOA	LOA	LOA
				2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
15.122 1.002	Aquisição Veiculo Leve P/Exec			01								
15.122.2060	Atividade da Sec Esp. L e Juv			01				10.000,00		7.330,36		
15.122.2063	Firmar Conv. E Parc. PJ e MP							5.000,00		5.000,00		
15.811.2.061	Ativ. P Bom de Bola Bom na Escola			01				37.500,00		29.946,96		
15.812 1.030	Obras Melhorias Inst. Ginásio Poliesportivo			01				388.000,00		377.580,69		
15.812 1.031	Obras Melhoria Mod. Esportivo			01				117.000,0		103.117,63		
15.812 2.062	Realização de Camp. Torn. Mult. Mod.			01				199.047,20		79.949,76		
22.122.2060	Atividade da Sec Esp. L e Juv			01				290.797,41		270.316,19		
25.122.2060	Atividade da Sec Esp. L e Juv			01				300.000,00		296.419,47		
								1				
TOTAL								1.347.344,61		1.169.661,06		

Azul ações do PPA 2022/2025.

Colorado do Oeste RO,22 de Março de 2023.